



Relatório e Contas

2021

Sindicato da Banca, Seguros e Tecnologias

ÍNDICE

INTRODUÇÃO

I Relatório de Atividades | 4

1 Sócios e Beneficiários | 5

2 Atividade Desenvolvida | 6

2.1. Atividade Sindical | 6

2.1.1. Ação Sindical

2.1.2. Serviços de Cultura, Desporto e Lazer

2.2. SAMS – Serviços de Assistência Médico-Social | 7

2.2.1. Prestação de Serviços de Saúde

2.2.2. Atribuição de Comparticipações e Subsídios

2.3. USP – Unidade de Serviços Partilhados | 9

3 Organização e Recursos | 10

3.1. Gestão | 10

3.2. Recursos Humanos | 11

3.5. Instalações | 12

4 Situação Económica e Financeira | 13

4.1. Análise Económica | 13

4.2. Análise Financeira | 15

4.3. Principais Agregados Económico-Financeiros | 16

II Demonstrações Financeiras | 17

1 Balanços | 18

2 Demonstrações dos Resultados por Naturezas | 19

3 Demonstrações dos Fluxos de Caixa | 20

4 Demonstrações das Alterações nos Fundos Patrimoniais | 21

Anexo às Demonstrações Financeiras | 22

Proposta de Aplicação de Fundos | 58

INTRODUÇÃO

O início de 2021 foi em confinamento, em consequência da Pandemia Covid-19 que tarda em desaparecer, mas trouxe também uma dose bem carregada de esperança para o futuro com a vacinação da população. Os resultados, fruto de uma vacinação à escala global, apareceram, embora apenas se tenham registado alívios significativos das restrições no final do ano.

A pandemia acelerou a digitalização da banca, alterando os modelos de trabalho sem grande resistência face à necessidade imediata, mas os bancos foram mais além: reduziram as despesas, aumentaram os lucros e aniquilaram o dever de responsabilidade social. As administrações dos bancos mais uma vez demonstraram um total desrespeito pelos bancários, por quem diariamente trabalha para servir os clientes, com diligência e profissionalismo, com coragem e sentido de responsabilidade, contribuindo assim para os avultados lucros da banca, sobretudo num período pandémico. Querem lucros, sim, mas só para distribuir entre si e pelos acionistas, não valorizando os que dão a cara pelas instituições e mantêm confiança dos clientes. Só isso explicou a intransigência nas negociações que decorreram durante todo o ano, sem que se tivessem registado os mais que merecidos aumentos salariais.

O ano de 2021 foi um ano negro para os bancários. A banca, argumentando as consequências motivadas pela situação pandémica, aproveitou para reduzir ainda mais os seus quadros, tendo mesmo o BCP e Banco Santander Totta recorrido ao despedimento coletivo. Além de inúmeros encontros com as Administrações dos Bancos o Sindicato denunciou a situação e solicitou a intervenção de entidades como: Autoridade para as Condições do Trabalho; Grupos Parlamentares dos partidos com assento na Assembleia da República; Governo (reunião com a ministra do Trabalho); Procuradoria-Geral da República; Provedoria de justiça; Banco de Portugal; Associação Portuguesa de Bancos, entre outras.

O Sindicato nunca baixou os braços e desde o primeiro minuto esteve permanentemente lado a lado com os seus associados, quer presencialmente quer tirando proveito das novas tecnologias, respeitando assimetrias geracionais

Rigor, transparência, verdade, responsabilidade, equidade, solidariedade são apenas alguns dos valores por que pautam a nossa atuação, bem como usos e saberes.

Com um volume de negócios de aproximadamente 139 milhões de euros, conta com um quadro de pessoal cerca de 1400 trabalhadores e uma atividade tão ampla e diversificada, o Mais Sindicato constitui uma organização assinalável, no tecido empresarial e institucional da sociedade portuguesa. A realidade atual e os caminhos do futuro exigem, cada vez mais uma gestão criteriosa e profissionalmente exigente, tanto a nível económico-financeiro como também, e principalmente, a nível organizacional.

No SAMS, o ano de 2021 ficou marcado por uma reestruturação no modelo organizacional, com uma nova composição do Conselho Executivo. Registou-se uma recuperação da atividade, comparativamente ao ano anterior. Durante o ano foram feitas parcerias com entidades financiadoras externas, sem nunca pôr em causa a assistência aos nossos beneficiários, com o objetivo de otimizar a capacidade instalada e maximizar a receita.

O resultado agregado do exercício reflete o enfoque na prossecução de uma gestão criteriosa dos recursos.

Este é e será sempre um trabalho inacabado, mas os resultados apresentados confirmam que estamos no bom caminho, mas que apenas com o empenho e compromisso de todos conseguiremos um Sindicato mais forte e um SAMS sólido.



I Relatório de Atividades

- 1 Sócios e Beneficiários | 5
- 2 Atividade Desenvolvida | 6
 - 2.1. Atividade Sindical | 6
 - 2.2. SAMS – Serviços de Assistência Médico-Social | 7
 - 2.3. USP – Unidade de Serviços Partilhados | 9
- 3 Organização e Recursos | 10
 - 3.1. Gestão | 10
 - 3.2. Recursos Humanos | 11
 - 3.5. Instalações | 12
- 4 Situação Económica e Financeira | 13
 - 4.1. Análise Económica | 13
 - 4.2. Análise Financeira | 15
 - 4.3. Principais Agregados Económico-Financeiros | 16

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

1. SÓCIOS E BENEFICIÁRIOS

No final de 2021, o Mais Sindicato contava com 34.415 associados, enquanto o SAMS contava com 87.198 beneficiários (dos quais 46.109 beneficiários titulares, enquanto os restantes corresponderão a elementos do respetivo agregado familiar).

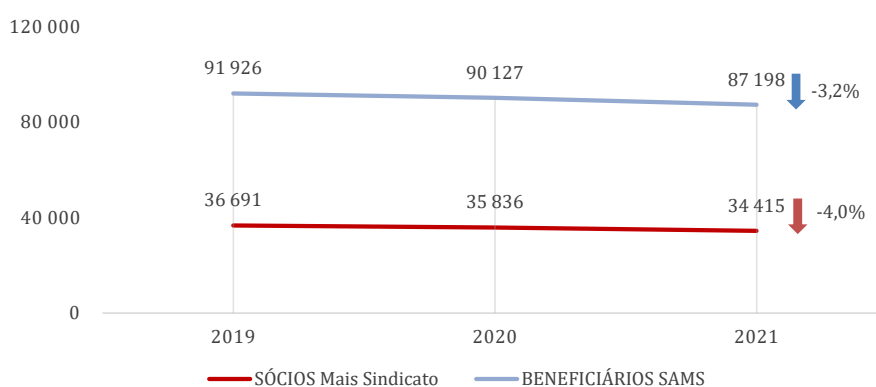
As diminuições verificadas têm, principalmente, a ver com a redução da empregabilidade no setor bancário, por efeito de eliminação de postos de trabalho, reestruturação dos quadros de pessoal e reformas.

Os sócios e os beneficiários (para o Mais Sindicato e para o SAMS, respetivamente) constituem a razão de ser e os destinatários das atividades realizadas.

A estes juntam-se, entretanto, em particular no caso do SAMS, um número muito significativo – e em tendência crescente – de ‘utentes’ que, por iniciativa própria ou através de outras instituições, procuram aceder aos serviços prestados pelo Mais Sindicato.

SÓCIOS E BENEFICIÁRIOS	2021	2020	2019	Variação (%)	
	Nº	Nº	Nº	21/20	20/19
SÓCIOS Mais Sindicato	34 415	35 836	36 691	-4,0	-2,3
BENEFICIÁRIOS SAMS	87 198	90 127	91 926	-3,2	-2,0
Titulares	46 109	47 005	47 550	-1,9	-1,1
Famíliares	41 089	43 122	44 376	-4,7	-2,8

EVOLUÇÃO DOS SÓCIOS E BENEFICIÁRIOS



I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2. ATIVIDADE DESENVOLVIDA

2.1. Atividade Sindical

2.1.1. Ação Sindical

O Mais Sindicato desenvolve iniciativas e ações, no âmbito especificamente sindical, que se torna difícil quantificar.

Salientam-se as seguintes áreas de intervenção:

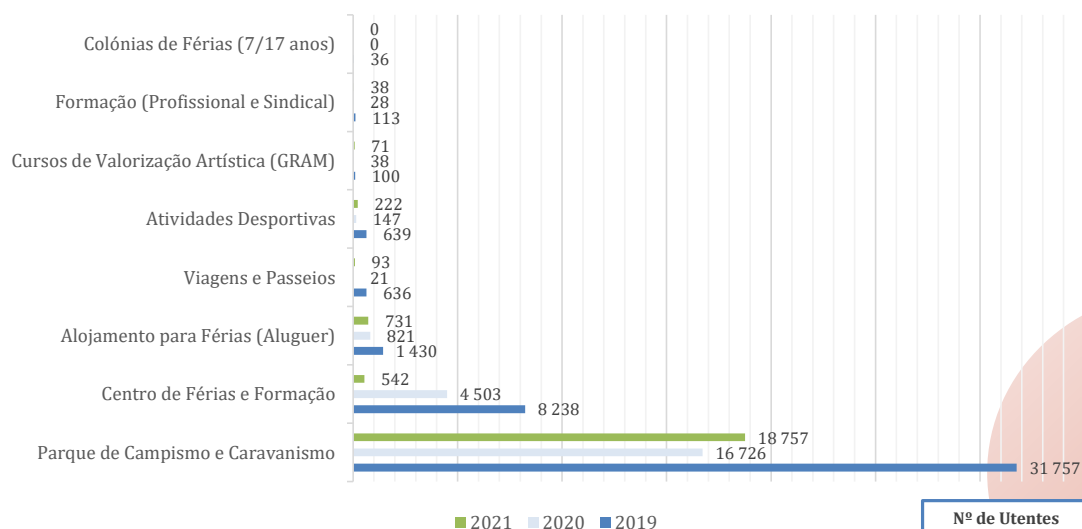
- Vida institucional, incluindo Conselhos Gerais e reuniões com a estrutura sindical e com trabalhadores bancários, no âmbito do Mais Sindicato;
- Contratação coletiva, com relevo para a revisão de instrumentos reguladores de trabalho (IRCT), impactos de medidas governamentais nas remunerações dos trabalhadores e na Segurança Social, em particular no setor empresarial do Estado, acompanhamento da gestão de Fundos de Pensões, etc.;
- Cooperação e participação em organizações supra-sindicais, como a Febase, UGT e UNI.

2.1.2. Serviços de Cultura, Desporto e Lazer

O Mais Sindicato desenvolve, para os seus associados e familiares e, em alguns casos, também para outros utentes, um conjunto amplo e diversificado de ações, movimentando uma quantidade muito significativa de pessoas (próximo de 29.000 atividades, em média nos últimos anos). Em 2021, resultado da altura pós-pandemia verificou-se um aumento a atividade desenvolvida.

Serão de distinguir, neste domínio:

- Serviços prestados diretamente pelo Mais Sindicato, em instalações próprias e dedicadas, como o Centro de Férias e Formação e Parque de Campismo e Caravanismo;
- Serviços de Formação e Cursos de Valorização Artística, organizados e geridos pelo Mais Sindicato;
- Atividades Desportivas, em múltiplas modalidades;
- Disponibilização de Alojamentos para Férias e de Viagens e Passeios.



I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2. ATIVIDADE DESENVOLVIDA

2.2. SAMS – Serviços de Assistência Médico-Social

2.2.1. Prestação de Serviços de Saúde

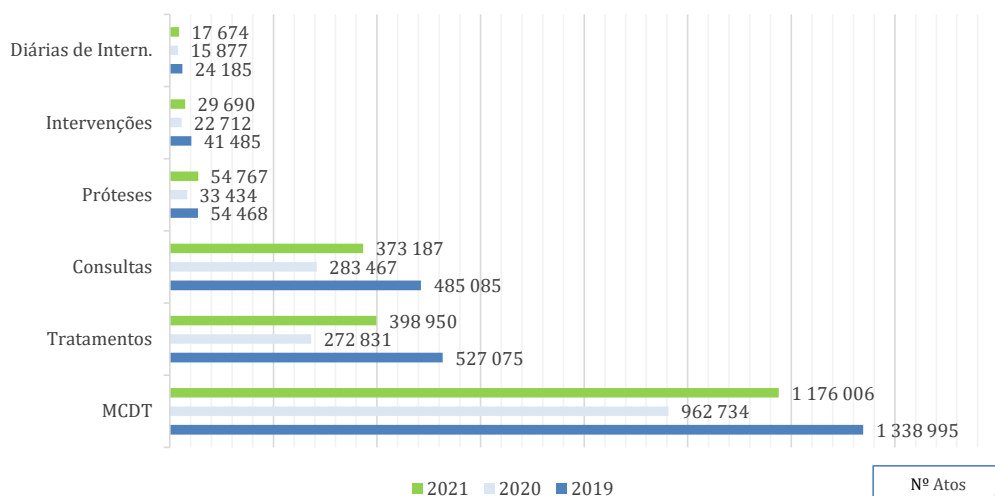
A actividade de prestação direta de cuidados de saúde é desenvolvida através de uma rede constituída por:

- Serviços de Ambulatório:
 - Centro Clínico de Lisboa (Rua Fialho de Almeida);
 - 17 Clínicas SAMS (Almada, Amadora, Barreiro, Odivelas, Parede, Santarém, Torres Vedras e SAMS ISCTE, Angra do Heroísmo, Castelo Branco, Covilhã, Évora, Faro, Funchal, Horta, Ponta Delgada e Tomar);
- Hospital SAMS (Lisboa);
- Lar de Idosos (Brejos de Azeitão).

Têm acesso aos serviços prestados internamente pelas Unidades de Saúde (Centro Clínico, Clínicas SAMS e Hospital):

- Os beneficiários do SAMS;
- Os sócios do Mais Sindicato;
- Os utentes-familiares (dos beneficiários e dos sócios do Mais Sindicato);
- Os utentes abrangidos por protocolos celebrados pela Direção do Mais Sindicato;
- Beneficiários dos SAMS do Centro e do Norte;
- Utentes abrangidos por Acordos, Parcerias e Seguradoras, celebrados pelo SAMS;
- Utentes privados.

Em 2021, a actividade nas Unidades de Saúde do SAMS, evidencia-se no gráfico apresentado:



I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

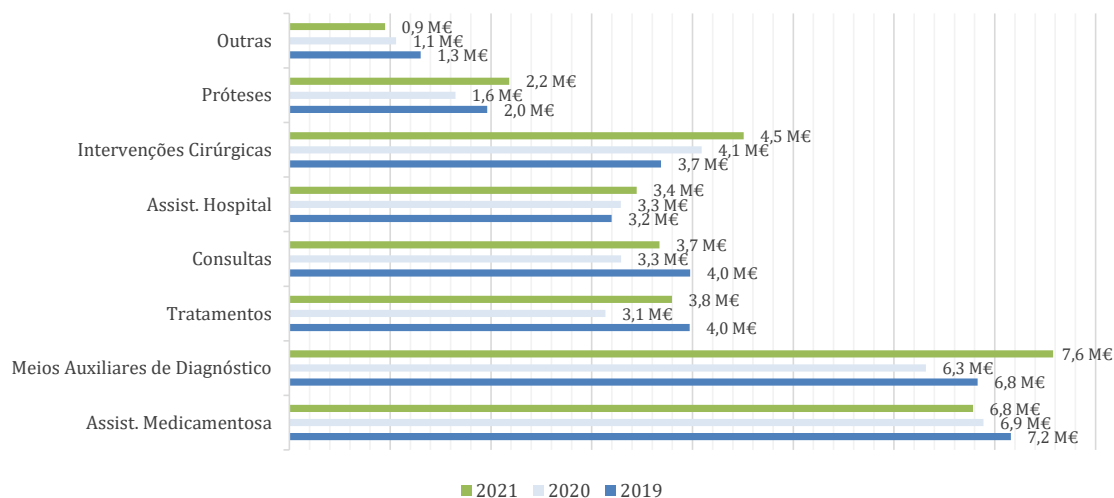
2. ATIVIDADE DESENVOLVIDA

2.2. SAMS – Serviços de Assistência Médico-Social

2.2.2. Atribuição de Comparticipações e Subsídios

A atribuição de Comparticipações e Subsídios, por despesas efectuadas externamente (fora dos serviços clínicos internos) rege-se pelo disposto nos Regulamentos, do Regime Geral e do Regime Especial, e nas respectivas Normas Complementares, bem como no correspondente Plano de Benefícios.

Em 2021 o total das Comparticipações atribuídos totalizou 32,1 milhões de euros, o que corresponde a um aumento global de 3,2 milhões de euros (+11%), distribuindo-se pelos domínios de assistência apresentados no gráfico.



I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2. ATIVIDADE DESENVOLVIDA

2.3. USP – Unidade de Serviços Partilhados

O Mais Sindicato dispõe de Unidades de Prestação de Serviços, também denominadas ‘unidades de negócio’, quer na área da ação sindical e tempos livres (Atividade Sindical), quer na área da prestação de cuidados de saúde (SAMS), especificamente focalizadas na ação desenvolvida para os sócios, beneficiários e utentes.

A criação e manutenção da USP visou a melhoria da gestão interna dos serviços, através de ganhos de eficiência, economias de escala e eliminação de desperdícios nas atividades de suporte, permitindo a reorientação dos recursos da Atividade Sindical e dos SAMS para o cumprimento das suas verdadeiras missões, centradas em atividades estratégicas de maior valor acrescentado.

A USP assume-se, assim, como ‘fornecedor’, numa relação de fornecedor / cliente, relativamente às unidades prestadoras do Mais Sindicato, repartindo-se o suporte fornecido pelas seguintes áreas:

- Serviços administrativos, ao nível de secretaria geral e da atribuição e manutenção da qualidade de sócio / beneficiário / utente;
- Serviços financeiros (de tesouraria e contabilidade) e de instalações e equipamentos;
- Serviços de Pessoal, incluindo processamento de vencimentos, gestão de cadastro, recrutamento e seleção, formação e segurança e saúde no trabalho;
- Serviços de sistemas de informação, ao nível de suporte informático, administração de sistemas e desenvolvimento e inovação.

I PARTE – RELATÓRIO DE ACTIVIDADES

3. ORGANIZAÇÃO E RECURSOS

3.1. Gestão

■ DIREÇÃO Mais Sindicato

Presidente

António José Real da Fonseca

Vice-Presidente

João Nunes de Carvalho

Secretário

João Gonçalo Barros Ferreira

Tesoureiro

Cristina Alexandra Pereira Trony

Vogais

Humberto Miguel Lopes da Cruz de Jesus Cabral

Cristina Maria Damião de Jesus

António Manuel Tavares Ramos

Pedro Miguel Correia Pereira Soares

Carlos Daniel da Paz Castanheira Bispo

Tânia Maltez Ribeiro

Daniel José Matos

■ ORGANISMOS Mais Sindicato

Atividade Sindical

É dirigida pelos membros da Direção, de acordo com os respetivos cargos e pelouros.

Integra os Serviços Jurídicos e os Serviços de Atividade Sindical.

SAMS

O SAMS é gerido por um Conselho Executivo, nomeado pela Direção.

Integra a Direção Clínica, os Departamentos e Unidades Médicas e de Diagnóstico, os Serviços Farmacêuticos do Hospital, o Lar de Idosos, o Serviço de Participações e Subsídios, bem como os Serviços Administrativos de apoio aos Serviços Clínicos.

USP

A USP é gerida por uma Comissão de Gestão, nomeada pela Direção.

Integra a Secretaria Geral, a Direção de Recursos Humanos, a Direção Financeira e Patrimonial, a Direção de Sistemas de Informação.

I PARTE – RELATÓRIO DE ACTIVIDADES

3. ORGANIZAÇÃO E RECURSOS

3.2. Recursos Humanos

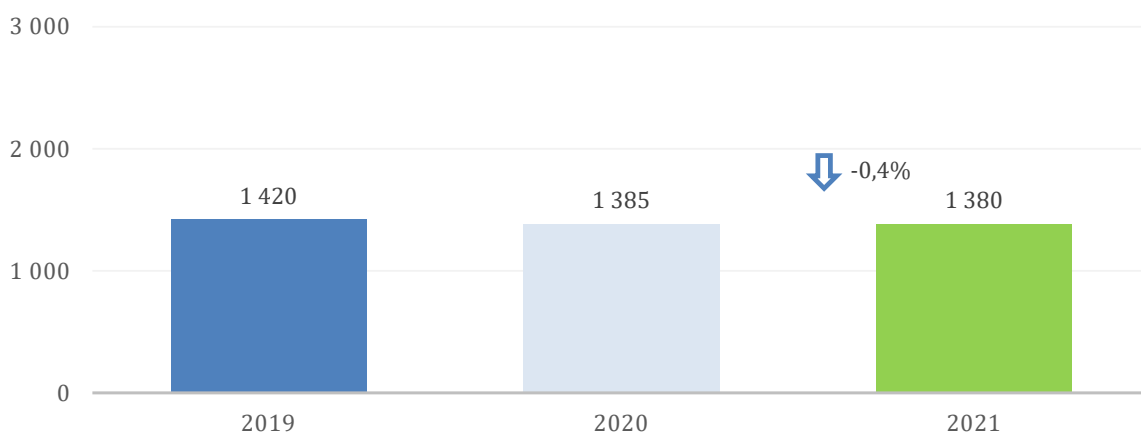
O quadro de pessoal do Mais Sindicato, em 2021, foi constituído por 1.380 elementos. Registou uma diminuição correspondente a 5 unidades.

No ano 2021, registou-se um decréscimo do quadro efetivo de pessoal médico, administrativos e enfermeiros.

A média etária subiu para os 51,2. Por sua vez, a antiguidade média situou-se em 22,8 anos.

NATUREZA DE FUNÇÕES	2021					2020 Nº	2019 Nº	Variação (%)	
	AS	SAMS	USP	TOTAL	(%)			21/20	20/19
MÉDICOS		261	2	263	19,1	288	301	-8,7	-4,3
FARMACÊUTICOS		5		5	0,4	4	4	25,0	0,0
ENFERM. / TDT		355		355	25,7	357	369	-0,6	-3,3
Enfermeiros		227		227	16,4	233	244	-2,6	-4,5
Téc. Diagn. Terap.		128		128	9,3	124	125	3,2	-0,8
ADMINISTRATIVOS	34	82	86	202	14,6	204	216	-1,0	-5,6
A. CLÍNICOS		18		18	1,3	20	17	-10,0	17,6
AUXILIARES	36	489	12	537	38,9	512	513	4,9	-0,2
TOTAL	70	1 210	100	1 380	100,0	1 385	1 420	-0,4	-2,5

Evolução do Número de Colaboradores



I PARTE – RELATÓRIO DE ACTIVIDADES

3. ORGANIZAÇÃO E RECURSOS

3.3. Instalações

Para a realização dos objetivos da sua atividade, o Mais Sindicato dispõe das seguintes instalações:



MAIS Sindicato

Rua S. José, 131 - 1169-046 Lisboa



CENTRO DE FÉRIAS E FORMAÇÃO

Casal do Zote - Beco - 2240-208 Ferreira do Zêzere



PARQUE DE CAMPISMO

Pinheiros de Marim - Apartado 300 - 8700-912 Olhão

SECÇÕES REGIONAIS

Angra do Heroísmo, Beja, Castelo Branco, Covilhã, Évora, Faro, Funchal, Horta, Ponta Delgada, Portalegre, Portimão, Santarém, Setúbal, Tomar e Torres Vedras



HOSPITAL DO SAMS

Rua Cidade de Gabela, 1 - 1849-017 Lisboa



CENTRO CLÍNICO DE LISBOA

Rua Fialho de Almeida, 21 - 1070-128 Lisboa

CLÍNICAS SAMS

Almada, Amadora, Barreiro, Odivelas, Parede, Santarém, Setúbal, Torres Vedras, ISCTE e Marquês de Pombal

CLÍNICAS SAMS EM SECÇÕES REGIONAIS

Angra do Heroísmo, Castelo Branco, Covilhã, Évora, Faro, Funchal, Horta, Ponta Delgada e Tomar.



LAR DE IDOSOS

Brejos de Azeitão

I PARTE – RELATÓRIO DE ACTIVIDADES

4. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

4.1. Análise Económica

O quadro que se segue resume a atividade do Mais Sindicato, em 2021.

CONTAS	2021		2020	2019	Variação	
	Valor	(%)	Valor	Valor	21/20	20/19
GASTOS	138 923 760 €	100%	129 612 069 €	143 639 821 €	7%	-10%
Custo Merc. Vend. Mat. Cons.	16 119 491 €	12%	13 054 952 €	16 322 306 €	23%	-20%
Fornec. e Serv. Externos	36 645 955 €	26%	34 161 936 €	42 653 060 €	7%	-20%
Gastos com o Pessoal	41 439 055 €	30%	39 427 009 €	43 313 581 €	5%	-9%
Gastos de Deprec. e Amort.	4 784 625 €	3%	4 834 995 €	4 834 402 €	-1%	0%
Perdas por Imparidade	1 161 248 €	1%	3 246 515 €	1 199 976 €	-64%	>100%
Provisões do Período	3 271 603 €	2%	2 760 442 €	316 102 €	19%	>100%
Outros Gastos	35 367 673 €	25%	31 952 631 €	34 794 064 €	11%	-8%
Gastos de Financiamento	134 110 €	0%	173 588 €	206 330 €	-23%	-16%
RENDIMENTOS	138 050 442 €	100%	122 067 802 €	140 090 406 €	13%	-13%
Vendas	4 650 868 €	3%	3 580 686 €	5 543 322 €	30%	-35%
Serviços Prestados	35 122 359 €	25%	24 780 213 €	40 315 123 €	42%	-39%
Quotiz./Contrib.	89 833 167 €	65%	90 539 070 €	92 190 516 €	-1%	-2%
Subsídios, doações e legados à expl.	0 €	0%	1 204 319 €	0 €	-100%	-
Reversões	6 288 091 €	5%	137 157 €	5 336 €	>100%	>100%
Outros Rendimentos	2 059 730 €	1%	1 738 427 €	1 932 989 €	18%	-10%
Juros e Outros Rend. Similares	96 226 €	0%	87 930 €	103 119 €	9%	-15%
Resultado Antes de Impostos	-873 318 €	-	-7 544 267 €	-3 549 415 €	>100%	>-100%
Imposto Sobre o Rendimento do Exercício	21 €		130 €	464 €	-84%	-72%
Resultado Líquido do Exercício	-873 339 €	-	-7 544 397 €	-3 549 879 €	>100%	>-100%

O resultado líquido do exercício é negativo, em 0,9 milhões de euros, traduzindo em termos globais e relativamente a 2020, um aumento do volume de gastos em 7%, sendo que os rendimentos tiveram uma evolução positiva superior de 13%. Registou-se um aumento da atividade em consequência do período pós COVID-19.

No que respeita aos gastos em 2021, no total de 138,9 milhões de euros (mais 9,3 milhões de euros), salienta-se:

- Os gastos com pessoal, no montante de 41,4 milhões de euros, que registam um aumento de 2,0 milhões de euros e representam 30% dos gastos;
- Os fornecimentos e serviços, no montante de 36,6 milhões de euros, com um acréscimo de 2,5 milhões de euros, representando 26% dos gastos;
- O valor referente a outros gastos e perdas, no montante de 35,0 milhões de euros, representando 25% dos gastos, apresenta uma crescimento de 3,4 milhões de euros;
- Do valor total dos outros gastos e perdas, 33,0 milhões de euros respeitam à atribuição de participações, que apresentam um acréscimo de 3,1 milhões de euros;
- O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, no montante de 16,1 milhões de euros, que regista um aumento de 3,1 milhões de euros e representa 12% dos gastos.

I PARTE – RELATÓRIO DE ACTIVIDADES

4. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

4.1. Análise Económica

Em relação aos rendimentos, no total de 138,1 milhões de euros (mais 16,0 milhões de euros), destacam-se:

- Os provenientes das quotizações e contribuições para o Mais Sindicato, no montante de 89,8 milhões de euros, correspondendo a 65% do total dos rendimentos e a uma diminuição de 0,7 milhões de euros;
- Os referentes a vendas e prestação de serviços, no valor global de 39,8 milhões de euros, que constituem 29% do total dos rendimentos, traduzindo um aumento de cerca de 11,4 milhões de euros;
- Os correspondentes a reversões no montante de 6,3 milhões de euros, representando 5% dos rendimentos, apresenta um aumento de 6,2 milhões de euros resultante: (i) do ajustamento do montante de provisão de “Pensão e Reformas”, com base em estudo atuarial, em 5,1 milhões de euros (v. d. nota 13 do Anexo às Demonstrações Financeiras) e (ii) da reversão de 1,2 milhões de euros de outros riscos e encargos.

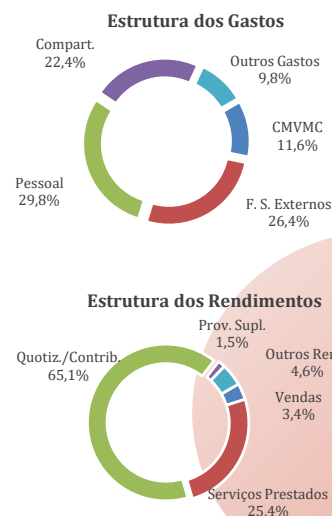
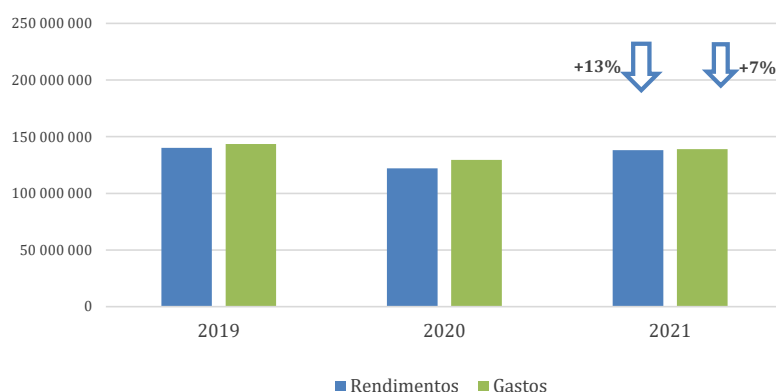
O resultado de 2021 corresponde a um aumento, em cerca de 6,7 milhões de euros, em relação ao ano anterior. Esta melhoria deriva sobretudo:

- Do aumento da prestação de serviços, em 11,4 milhões de euros (vd. nota 19, do Anexo às Demonstrações Financeiras);
- Do acréscimo das reversões, em 6,2 milhões de euros, (vd. nota 13, do Anexo às Demonstrações Financeiras);
- Do aumento da atribuição de comparticipações, em 3,1 milhões de euros;
- Do acréscimo custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, no montante de 16,1 milhões de euros.

Em 2021, analisando o gráfico apresentado, observa-se um crescimento dos rendimentos superior ao aumento dos gastos, originando uma evolução positiva do Resultado do Exercício.

Evolução dos Gastos e Rendimentos

(Valores em Euros)



I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

4. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

4.2. Análise Financeira

Em 2021, o valor do Ativo do Mais Sindicato ascendia a cerca de 89,7 milhões de euros, tendo-se verificado uma diminuição (-2%), em relação ao ano anterior. Esta posição resulta, essencialmente, da diminuição do Ativo Não corrente, nomeadamente, ativos fixos tangíveis (-9%). Nota para o aumento dos valores de caixa e depósitos bancários (+14%), que detêm um peso significativo no Ativo (33%).

CONTAS	2021		2020	2019	Variação	
	Valor	(%)	Valor	Valor	21/20	20/19
ATIVO	89 696 090 €	100%	91 230 427 €	96 219 797 €	-2%	-5%
Ativo Não Corrente	34 108 247 €	38%	37 724 325 €	39 018 248 €	-10%	-3%
Activos fixos tangíveis	33 849 685 €	38%	37 332 259 €	38 592 054 €	-9%	-3%
Participações financeiras	152 105 €	0%	117 719 €	90 778 €	29%	30%
Beneficiários, associados e outros	106 457 €	0%	274 347 €	335 416 €	-61%	-18%
Ativo Corrente	55 587 843 €	62%	53 506 102 €	57 201 549 €	4%	-6%
Inventários	4 913 389 €	5%	5 559 650 €	4 278 432 €	-12%	30%
Beneficiários, associados e outros	10 639 337 €	12%	11 248 498 €	18 198 228 €	-5%	-38%
Estado e outros entes publicos	284 385 €	0%	301 025 €	293 190 €	-6%	3%
Outros Ativos Correntes	590 909 €	1%	9 940 305 €	10 361 474 €	-94%	-4%
Diferimentos	9 474 868 €	11%	429 770 €	632 410 €	>100%	-32%
Caixa e depósitos bancários	29 684 955 €	33%	26 026 854 €	23 437 815 €	14%	11%

Em relação ao Passivo, que em 2021 ascendia a 59,5 milhões de euros (-1%), destaque para a diminuição dos financiamentos obtidos (-32%) e aumento dos fornecedores (+21%).

Salienta-se, ainda, a diminuição dos Fundos Próprios (-3%).

CONTAS	2021		2020	2019	Variação	
	Valor	(%)	Valor	Valor	21/20	20/19
FUNDO PRÓPRIO E PASSIVO	89 696 090 €	100%	91 230 427 €	96 219 797 €	-2%	-5%
FUNDO PRÓPRIO	30 165 465 €	34%	31 041 230 €	38 585 627 €	-3%	-20%
PASSIVO	59 530 625 €	66%	60 189 197 €	57 634 170 €	-1%	4%
Passivo Não Corrente	35 732 821 €	40%	36 069 183 €	31 581 754 €	-1%	14%
Provisões	34 407 799 €	38%	34 112 181 €	30 969 045 €	1%	10%
Financiamentos obtidos	1 325 022 €	1%	1 957 002 €	612 709 €	-32%	>100%
Passivo Corrente	23 797 804 €	27%	24 120 014 €	26 052 416 €	-1%	-7%
Fornecedores	6 178 945 €	7%	5 119 728 €	5 761 212 €	21%	-11%
Estado e outros entes publicos	1 208 002 €	1%	1 182 211 €	1 458 626 €	2%	-19%
Financiamentos obtidos	0 €	0%	650 457 €	861 260 €	-100%	-24%
Outros Passivos Correntes	639 641 €	1%	17 167 618 €	17 971 318 €	-96%	-4%
Diferimentos	15 771 216 €	18%	0 €	0 €	-	-

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

4. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

4.3. Principais Agregados Económico-Financeiros

Em 2021, destaque para a diminuição do ativo líquido em 1,5 milhões de euros, especialmente devido ao decréscimo dos valores do ativo não corrente. Nota para o aumento da atividade com o consequente crescimento das vendas e prestação de serviços em 11,4 milhões de euros (+40%), e do custo que variam com a atividade nomeadamente: (i) das vendas em 3,1 milhões de euros, (ii) dos fornecimentos e serviços externos em 2,5 milhões de euros e (iii) dos gastos com pessoal em 2,0 milhões de euros.

O EBITDA aumenta em relação ao ano anterior continuando a apresentar-se positivo.

PRINCIPAIS AGREGADOS	Realizado	Realizado	Realizado	Variação	
	2021	2020	2019	21/20	20/19
Vendas e Prestação de Serviços	39 773 228 €	28 360 899 €	45 858 445 €	40%	-38%
Custo das Vendas	16 119 491 €	13 054 952 €	16 322 306 €	23%	-20%
Fornecimento e Serviço Externo	36 645 955 €	34 161 936 €	42 653 060 €	7%	-20%
Gastos com o Pessoal	41 439 055 €	39 427 009 €	43 313 581 €	5%	-9%
Activo Líquido	89 696 090 €	91 230 427 €	96 219 797 €	-2%	-5%
Imobilizado Líquido	33 849 685 €	37 332 259 €	38 592 054 €	-9%	-3%
EBITDA	1 809 726 €	1 530 223 €	2 989 024 €	18%	-49%



II Demonstrações Financeiras

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(valores expressos em euros)

- 1 Balanços | 18
- 2 Demonstrações dos Resultados por Naturezas | 19
- 3 Demonstrações dos Fluxos de Caixa | 20
- 4 Demonstrações das Alterações nos Fundos Patrimoniais | 21

Anexo às Demonstrações Financeiras | 22

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Montantes expressos em Euros)

ATIVO	Notas	2021	2020
ATIVO NÃO CORRENTE:			
Ativos fixos tangíveis	5	33.849.685	37.332.259
Ativos intangíveis	6	-	-
Participações Financeiras - outros métodos	7	152.105	117.719
Beneficiários, associados e outros	9	106.457	274.347
Total do ativo corrente		<u>34.108.247</u>	<u>37.724.325</u>
ATIVO CORRENTE:			
Inventários	8	4.913.389	5.559.650
Beneficiários, associados e outros	9	10.639.337	11.248.498
Estado e outros entes públicos	15	284.385	301.025
Diferimentos	18	590.909	429.770
Outros ativos correntes	11	9.474.868	9.940.305
Caixa e depósitos bancários	4	29.684.955	26.026.854
Total do ativo corrente		<u>55.587.843</u>	<u>53.506.102</u>
Total do ativo		<u>89.696.090</u>	<u>91.230.427</u>
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS			
Fundos estatutários	12	31.526.716	38.674.187
Resultados transitados	12	(487.912)	(88.560)
		<u>31.038.804</u>	<u>38.585.627</u>
Resultado líquido do exercício		(873.339)	(7.544.397)
Total dos fundos patrimoniais		<u>30.165.465</u>	<u>31.041.230</u>
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Provisões	13	34.407.799	34.112.181
Financiamentos obtidos	16	1.325.022	1.957.002
Total do passivo não corrente		<u>35.732.821</u>	<u>36.069.183</u>
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores	14	6.178.945	5.119.728
Estado e outros entes públicos	15	1.208.002	1.182.211
Financiamentos obtidos	16	639.641	650.457
Outros passivos correntes	17	15.771.216	17.167.618
Total do passivo corrente		<u>23.797.804</u>	<u>24.120.014</u>
Total do Passivo		<u>59.530.625</u>	<u>60.189.197</u>
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo		<u>89.696.090</u>	<u>91.230.427</u>

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2021.

A Direção do MAIS Sindicato

A Contabilista Certificada (N.º 57518)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Montantes expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2021	2020
Vendas e serviços prestados	19	129.606.395	118.899.969
Subsídios à exploração	22	-	1.204.319
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	(16.119.491)	(13.054.952)
Gastos com participações	20	(34.269.148)	(30.979.871)
Fornecimentos e serviços externos	21	(36.645.955)	(34.161.936)
Gastos com pessoal	22	(41.439.055)	(39.427.009)
Imparidade de dividas a receber	13	(1.161.248)	(3.246.515)
Provisões	13	(3.271.603)	(2.760.442)
Reversões de imparidade de dividas a receber	13	6.686	137.157
Reversões de provisões	13	6.281.405	-
Outros rendimentos	23	2.059.730	1.738.427
Outros gastos	24	(1.098.524)	(972.761)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		3.949.192	(2.623.613)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5 e 6	(4.784.626)	(4.834.995)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(835.434)	(7.458.608)
Juros e rendimentos similares	25	96.226	87.930
Juros e gastos similares suportados	26	(134.110)	(173.588)
Resultado antes de imposto		(873.319)	(7.544.267)
Imposto sobre o rendimento do exercício	10	(21)	(130)
Resultado líquido do exercício		(873.339)	(7.544.397)

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas
do exercício findo em 31 de Dezembro de 2021

A Direção do MAIS Sindicato

A Contabilísta Certificada (N.º 57518)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Montantes expressos em euros)

Descrição	Notas	2021	2020
Atividades Operacionais			
Recebimentos de Beneficiários, Sócio, Utentes e Organismos		45.142.862	33.986.733
Recebimentos de Contribuições e Quotizações		94.576.987	91.599.898
Pagamentos a Fornecedores		(51.894.284)	(50.405.482)
Pagamentos de Comparticipações		(34.953.611)	(30.392.601)
Pagamentos ao Pessoal		(47.094.496)	(40.804.573)
Fluxo gerado pelas operações		5.777.457	3.983.974
Outros (Pagamentos) / Recebimentos Rel. At. Operacionais		(8.900)	1.207.871
Fluxo gerado antes de rubricas extraordinárias		5.768.557	5.191.845
Fluxo de Atividades Operacionais [1]		5.768.557	5.191.845
Atividades de Investimento			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos Fixos Tangíveis		243	176
Juros e Rendimentos Similares		16.109	80.231
Sub-total - Recebimentos		16.352	80.406
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos Fixos Tangíveis		(1.315.515)	(1.718.491)
Constituição de Depósitos a Prazo	4	(1.750.000)	(500.000)
Fundos Compensação Trabalho	7	(34.386)	(26.941)
Sub-total - Pagamentos		(3.099.901)	(2.245.432)
Fluxo de Atividades de Investimento [2]		(3.083.549)	(2.165.026)
Atividades de Financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Descontos Financeiros Obtidos		-	48.485
Sub-total - Recebimentos		-	48.485
Pagamentos respeitantes a:			
Amortização de contratos locação financeira		(642.797)	(812.677)
Juros e Gastos Similares		(134.110)	(173.588)
Sub-total - Pagamentos		(776.907)	(986.265)
Fluxo de Atividades de Financiamento [3]		(776.907)	(937.780)
Variações de caixa e seus equivalentes [4]		1.908.101	2.089.039
Caixa e seus equivalentes - Início do exercício	4	10.526.854	8.437.815
Caixa e seus equivalentes - Fim do exercício	4	12.434.955	10.526.854

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de Dezembro de 2021.

A Direção do MAIS Sindicato

A Contabilista Certificada (N.º 57518)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NOS EXERCÍCIOS DE 2021 E 2020

(Montantes expressos em Euros)

Notas	Fundos Estatutários							Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total dos fundos patrimoniais
	Do regime geral	Do regime especial	Fundo sindical	Fundo greve e solidariedade	Fundo auxílio económico	Fundo lutuosa	Total			
Posição no fim do exercício de 2019	<u>22.146.669</u>	<u>33.380</u>	<u>12.323.064</u>	<u>7.518.436</u>	<u>300.000</u>	<u>279.327</u>	<u>42.600.877</u>	<u>(465.371)</u>	<u>(3.549.879)</u>	<u>38.585.627</u>
Aplicação de resultados	2 (3.133.151)	(1.044.746)	62.802	188.406	-	-	(3.926.690)	376.811	3.549.879	-
Resultado líquido do exercício de 2020	-	-	-	-	-	-	-	-	(7.544.397)	(7.544.397)
Posição no fim do exercício de 2020	<u>19.013.518</u>	<u>(1.011.366)</u>	<u>12.385.866</u>	<u>7.706.842</u>	<u>300.000</u>	<u>279.327</u>	<u>38.674.187</u>	<u>(88.560)</u>	<u>(7.544.397)</u>	<u>31.041.230</u>
Aplicação de resultados	2 (8.659.209)	1.011.366	125.700	377.099	-	-	(7.145.045)	(399.352)	7.544.397	-
Resultado líquido do exercício de 2021	-	-	-	-	-	-	-	-	(873.339)	(873.339)
Utilização do Fundo de Greve e Solidariedade	-	-	-	(2.426)	-	-	(2.426)	-	-	(2.426)
Posição no fim do exercício de 2021	<u>10.354.309</u>	<u>-</u>	<u>12.511.566</u>	<u>8.081.514</u>	<u>300.000</u>	<u>279.327</u>	<u>31.526.716</u>	<u>(487.912)</u>	<u>(873.339)</u>	<u>30.165.465</u>

As notas anexas fazem parte integrante das demonstrações das alterações de fundos patrimoniais em 31 de Dezembro de 2021.

A Direção do MAIS Sindicato

A Contabilista Certificada (N.º 57518)



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(valores expressos em euros)

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. NOTA INTRODUTÓRIA

O Sindicato da Banca, Seguros e Tecnologias – MAIS Sindicato (até 08 de janeiro de 2020 denominado Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas) igualmente designado por “MAIS Sindicato”, “Sindicato” ou “Entidade”, pessoa coletiva 500 825 556, criado em 30 de Julho de 1975 e com sede na Rua de S. José, N.º 131, em Lisboa, desenvolve a sua atividade na defesa e promoção dos interesses profissionais, económicos, sociais e morais dos seus associados.

O MAIS Sindicato está filiado na UGT - União Geral de Trabalhadores de Portugal, na UNI – Federação Sindical Internacional da área dos serviços e na FEBASE – Federação de Sindicatos do Setor Financeiro.

O MAIS Sindicato abrange todos os trabalhadores – a nível nacional - que exerçam a sua atividade profissional em instituições de crédito, seguros e tecnologia que livremente se filiem. No final de 2021, o MAIS Sindicato contava com 34.473 sócios (35.836 em 2020), dos quais 22.675 (22.823 em 2020) se encontravam na situação de reforma.

O Sindicato para além das iniciativas que desenvolve no domínio das relações laborais, nomeadamente no que respeita à contratação coletiva de trabalho, disponibiliza um vasto leque de atividades recreativas e de ocupação dos tempos livres, gere os Serviços de Assistência Médico – Social (adiante designado por “SAMS” ou “SAMS do Sindicato”) organização prestadora de serviços de saúde e a Unidade de Serviços partilhados (adiante designado de “USP do MAIS Sindicato”) que centraliza as atividades de suporte e transversais ao Sindicato.

A atividade do MAIS Sindicato é essencialmente financiada pelas quotizações dos seus associados. Na área da ocupação dos tempos livres, o MAIS Sindicato dispõe de um Centro de Férias e Formação, em Ferreira do Zêzere e de um Parque de Campismo, em Olhão. Neste domínio, proporciona também aos seus associados o aluguer de alojamentos ou a inscrição em viagens turísticas.

A atividade do SAMS, predominantemente financiada pelas contribuições das instituições de crédito e dos bancários, é desenvolvida no âmbito da saúde, consistindo na prestação de cuidados de saúde, em regime de ambulatório e de hospitalização, assistência à terceira idade, bem como na atribuição de comparticipações e subsídios, através da prestação interna de cuidados de saúde e da comparticipação de despesas realizados fora dos seus serviços.

O SAMS destina-se a todos os bancários (e respetivo agregado familiar) abrangidos pelos diferentes instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho outorgados pelo MAIS Sindicato e a outros utentes que pretendam usufruir dos serviços disponibilizados pelo SAMS, sendo-lhes aplicada uma tabela de preços específica. No final de 2021, o SAMS tinha 46.109 (47.075 em 2020) beneficiários titulares, dos quais 22.901 (22.933 em 2020) eram reformados, e 41.089 (43.040 em 2020) beneficiários familiares.

A USP do MAIS Sindicato centraliza as atividades de suporte, na medida que presta serviços transversais ao MAIS Sindicato, tais como os de inscrição de sócios e beneficiários e serviços de secretaria, serviços de gestão financeira e de gestão de recursos humanos, bem como os de gestão dos sistemas de informação, de estudos, planeamento e auditoria e de apoio à inovação e desenvolvimento.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros e foram aprovadas pela Direção do MAIS Sindicato, na reunião de 13.05.2022. A Direção do MAIS Sindicato entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações do MAIS Sindicato, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, vertidas no Decreto – Lei n.º 98/2015, de 2 de junho que altera o Decreto – Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, e aprova o regime de normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (“SNC – ESNL”), incluindo a norma contabilística e de relato financeiro prevista no Aviso n.º 8259/2015 de 29 de julho e dos modelos de demonstrações financeiras e plano de contas, definidos nas portarias n.º 220/2015 de 24 de julho e n.º 218/2015 de 23 de julho. De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado, genericamente, por “NCRF – ESNL”.

O SNC – ESNL é parte integrante do Sistema de Normalização Contabilística (“SNC”), conforme definido pelo Decreto – Lei n.º 158/2009, de 13 de junho e atualizado pelo Decreto – Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, incluindo a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro (“NCRF”) e normas interpretativas (“NI”) consignadas, respetivamente, nos avisos n.º 8254/2015, n.º 8256/2015 e n.º 8259/2015, de 29 de julho.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

a) Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos do MAIS Sindicato, mantidas de acordo com as NCRF - ESNL em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

A Direção procedeu à avaliação da capacidade da Entidade operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, a Direção concluiu que a Entidade dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

A situação de pandemia relacionada com a COVID-19, declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 11 de março de 2020, bem como os diversos períodos de estado de emergência decretados em Portugal no sentido de controlar a situação de saúde pública tiveram naturalmente impactos nas atividades do Sindicato e do SAMS não tendo ainda sido recuperado o nível de atividade anterior.

O Sindicato desencadeou uma série de medidas de forma a minimizar os impactos da pandemia na instituição, tendo o SAMS promovido a adequação da sua oferta assistencial.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os impactos mais significativos referem-se ao volume, com particular destaque para as prestações de serviços, em que se inclui a prestação de cuidados de saúde, a organização de circuitos turísticos, a exploração hoteleira e similar e o Campismo e Caravanismo. No caso do Centro de Férias e do Parque de Campismo, implicou a abertura com redução de utilização da capacidade de alojamento disponível. O mesmo aconteceu com as atividades de formação, desportivas e de lazer, sendo praticamente nula a atividade de Organização de Circuitos Turísticos e Culturais.

No caso do SAMS, de modo a mitigar o impacto da redução de atividade e consequente redução do volume de proveitos, foram implementadas iniciativas no sentido de reduzir custos e garantir prestações de serviços, nomeadamente através da disponibilização de teleconsultas/vídeo consultas, implementação de regras clínicas e de procedimentos que permitem adequar os níveis de prescrição às necessidades efetivas dos utilizadores. Desta forma foi assegurado um menor consumo de atos clínicos não necessários, adequando a quantidade de prestadores de serviço na área clínica em função do nível de atividade, procurando reduzir os custos variáveis de trabalhos especializados clínicos que podem ser assegurados por profissionais do quadro. Foram revistos um conjunto de subcontratos clínicos, reduzindo significativamente custos de produção em áreas como a saúde oral, a esterilização, a patologia clínica, entre outros.

Assim, a Direção entende que embora haja impactos da pandemia, o pressuposto da continuidade das operações mantem-se apropriado.

b) Ativos intangíveis

Conforme evidenciado na Nota 6, os ativos intangíveis correspondem, essencialmente, a software de aplicações informáticas. Este ativo é registado ao custo, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são reconhecidas linearmente, por quotas constantes, durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis (Nota 6). A vida útil estimada é de 3 anos.

c) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra e quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida, deduzidos de depreciações e eventuais perdas por imparidade acumuladas, quando aplicável (Nota 5).

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método de quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos de <u>vida útil</u>
Edifícios e outras construções	20
Equipamento básico	2 a 12
Equipamento de transporte	5 a 7
Ferramentas e utensílios	4 a 8
Equipamento administrativo	6 a 12
Outras ativos fixos tangíveis	3 a 4

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito da alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre a alienação.

d) Investimentos financeiros – outros

Instituído pela Lei 70/2013 de 30 de agosto, o Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) é um fundo de capitalização individual destinado ao pagamento parcial (até 50%) da compensação por cessação do contrato de trabalho dos trabalhadores. O FCT é gerido pelo Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, IP e financiado pelas entidades empregadoras através de entregas correspondentes a 0,925% da retribuição base e diuturnidades por cada trabalhador abrangido e admitido a partir de 1 de outubro de 2013 (Nota 7).

e) Inventários

Os inventários são registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e para efetuar a venda. O método de custeio dos inventários adotado pelo MAIS Sindicato consiste no custo médio ponderado.

f) Fundos Patrimoniais

Os Fundos Patrimoniais englobam, de acordo com os Estatutos do MAIS Sindicato e do Regulamento de Gestão do SAMS, as Reservas que incluem os resultados transitados e o resultado líquido de exercício.

No que respeita aos Fundos e Reservas estes consubstanciam-se nos seguintes:

- Fundo Sindical - destinado à cobertura de eventuais saldos negativos do exercício.
- Fundo de Greve e de Solidariedade - a ser aplicado, exclusivamente, em auxílio a sócios cujos vencimentos tenham sido diminuídos como resultado da adesão à greve declarada ou apoiada pelos órgãos do sindicato estatutariamente competentes. Este fundo destina-se igualmente a permitir que o Sindicato preste auxílio a sócios em situação de carência.
- Fundo de Auxílio Económico, destinado a ser utilizado no apoio a sócios e seus familiares que se encontrem em situações previstas no respetivo regulamento.
- Fundo da Lutuosa - adicionalmente, dentro das Reservas estatutárias o MAIS Sindicato regista o Fundo da Lutuosa.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- Reserva do Regime Geral – abrange todos os beneficiários do SAMS e respetivo agregado familiar, provindo os recursos financeiros essencialmente das contribuições previstas nos instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho outorgadas pelo MAIS Sindicato, bem como das receitas da prestação direta de serviços. As despesas deste regime englobam essencialmente as despesas de administração, as decorrentes da prestação direta de serviços, as participações e os subsídios atribuídos.
- Reserva Regime Especial - também denominado por Fundo Sindical de Assistência (FSA) – abrange os beneficiários que sejam associados ou trabalhadores do MAIS Sindicato, sócios do MAIS Sindicato não beneficiários do SAMS e respetivos agregados familiares, e que para o efeito se tenham inscrito facultativamente. O FSA confere benefícios acrescidos aos do Regime Geral e outros adicionais, pelo que as suas receitas contemplam as contribuições específicas, enquanto as suas despesas incluem as participações e despesas diversas no âmbito da assistência deste Fundo e as amortizações dos bens imobilizados.

De acordo com o Regulamento de Gestão do SAMS, os excedentes apurados pelo Regime Geral e pelo Regime Especial terão a aplicação que for decidida pelos órgãos próprios do MAIS Sindicato.

g) Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis, com vista a determinar se existe algum indicador de que possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade. Quando não é possível determinar a quantia recuperável de um ativo individual, é estimada a quantia recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

A quantia recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre o justo valor deduzido de custos para vender e o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto antes de impostos que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo ou da unidade geradora de caixa for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de “Perdas por imparidade”, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado nos fundos patrimoniais. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo de revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando há evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de “Reversões de perdas por imparidade”. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda não tivesse sido registada.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

h) Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

São reconhecidas provisões apenas quando a entidade tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, se estima que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a entidade é parte integrante das disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tem associados custos que não é possível evitar que excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

i) Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a entidade se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos e os passivos financeiros são classificados nas seguintes categorias: (i) ao custo amortizado e (ii) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

Ativos e passivos financeiros ao custo amortizado

Os ativos financeiros e os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas, quando:

- Sejam à vista ou tenham maturidade definida; e
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado corresponde à quantia pela qual um ativo financeiro ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa, usando o método da taxa de juro efetiva, de qualquer diferença entre essa quantia inicial e a quantia na maturidade. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os ativos e passivos financeiros ao custo amortizado incluem:

- Caixa e depósitos bancários;
- Beneficiários, associados e outros;
- Outros ativos correntes;
- Fornecedores;
- Outros passivos correntes;
- Financiamentos obtidos.

A rubrica de “Beneficiários, associados e outros” inclui as dívidas dos Beneficiários do SAMS, cujos saldos são liquidados de acordo com o protocolo existente com todos os beneficiários e que consiste, essencialmente, na dedução nos salários que estes auferem, de um montante que é entregue ao SAMS pelos entidades empregadoras respetivas. O montante a deduzir é calculado tendo em conta os limites mínimos e máximos definidos anualmente pelo SAMS.

Atendendo a que estes saldos têm maturidade definida, e que os mesmos não são sujeitos a nenhuma remuneração no decorrer do período até à liquidação da dívida, o SAMS efetua um cálculo específico para refletir o justo valor destas dívidas no momento do seu registo inicial.

O apuramento do justo valor é efetuado considerando os prazos previstos para liquidação da dívida, que têm em conta o saldo em aberto e as prestações mínimas e máximas previstas nos acordos estabelecidos com os Bancos. A taxa de atualização é definida pelo custo de financiamento em prática para os empregados bancários e revista anualmente. Conforme o impacto apurado do ajustamento, é reconhecida uma dedução à rubrica de “Vendas e serviços prestados” ou um acréscimo à rubrica “Juros e rendimentos similares obtidos”. O modelo de atualização do justo valor não considera a atualização da dívida com maturidade inferior a 12 meses, decorrente do reduzido nível de taxas de juro praticadas.

Ativos e passivos financeiros ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração de resultados

Todos os ativos e passivos financeiros não classificados na categoria “ao custo amortizado” são classificados na categoria “ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados”. Tais ativos e passivos financeiros são mensurados ao justo valor, sendo as variações no mesmo registadas em resultados nas rubricas “Perdas por reduções de justo valor” e “Ganhos por aumentos de justo valor”. Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, o MAIS Sindicato não detinha ativos e passivos registados nesta categoria.

Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de 3 meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros classificados na categoria “ao custo ou custo amortizado” são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados negativamente.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original. Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica “Perdas por imparidade” no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados.

A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica “Reversões de perdas por imparidade”.

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

O MAIS Sindicato desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram, ou quando transfere para outra entidade os ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os ativos financeiros transferidos relativamente aos quais a Entidade reteve alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido.

A Entidade desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

j) Fundo de pensões

No passado, o MAIS Sindicato assumiu a responsabilidade pelo pagamento de pensões de reforma e invalidez, bem como pensões de pré-reforma, em regime complementar ao da Segurança Social e em conformidade com os instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho outorgados.

Em 2021, na sequência da realização do estudo atuarial elaborado por atuários independentes, foi apurado o valor das responsabilidades associadas ao pagamento dos complementos de pensões e custos de benefícios pós-emprego a cargo do MAIS Sindicato á data de 31 de dezembro de 2021 e foi ajustado o valor da provisão (Nota 13).

Assim, os ganhos e perdas atuariais são registados na totalidade, em reservas no período em que são apurados e a responsabilidade associada aos benefícios garantidos reconhecida na demonstração da posição financeira consolidada representa o valor presente da correspondente obrigação, ajustada por ganhos e perdas atuariais.

k) Vendas e serviços prestados

As quotizações, as contribuições, as vendas e os serviços prestados são registados em rendimentos nas rubricas de “Vendas e serviços prestados” (Nota 19).

As quotizações correspondem a 1% a cargo dos trabalhadores que livremente se sindicalizem junto do MAIS Sindicato.

Nas receitas provenientes de contribuições distinguem-se: (i) as obrigatórias que resultam das disposições sobre assistência médica estabelecidas nos instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho outorgados pelo MAIS Sindicato; e (ii) as facultativas decorrentes do Fundo Sindical de Assistência (FSA), sendo ambas calculadas sobre a remuneração efetiva dos trabalhadores bancários (incluindo o Subsídio de Férias e o de Natal).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As contribuições obrigatórias, compreendem a verba correspondente a um valor definido *per capita* ou a um valor percentual a cargo das Instituições de Crédito e a de 1,5% a cargo dos trabalhadores. As contribuições do regime especial - FSA - correspondem a um encargo de 0,5% para todos os trabalhadores que, preenchendo os requisitos necessários, facultativamente se inscrevam nele.

De acordo com a convenção coletiva aplicável, as contribuições a cargo da entidade empregadora podem assumir duas formas: percentual com uma incidência de 6,5% sobre RME ou os valores *per capita mensais*. Este último é diferenciado conforme o vínculo do beneficiário titular da seguinte forma: 129,77 Euros (129,12 Euros em 2020) e 89,73 Euros (89,28 Euros em 2020) para os trabalhadores no ativo e reformados, respetivamente, e nos demais casos, essencialmente pensionistas, variam entre 19,37 Euros (19,27 Euros em 2020) e 38,83 Euros (38,64 Euros em 2020). Às contribuições mensais definidas acrescem duas prestações de igual montante a pagar nos meses de abril e novembro de cada ano.

As quotizações e contribuições são reconhecidas e registadas em proveitos no período a que respeitam (Nota 19).

As vendas e prestações de serviços são registadas em proveitos nas rubricas “Vendas e serviços prestados” (Nota 19), pelo montante não participado pelo SAMS, no que respeita aos beneficiários, e de acordo com a tabela de preços aplicável no caso dos demais utentes, no período a que dizem respeito.

l) Custos com a prestação de benefícios e participações

Esta rubrica engloba a atribuição por parte do SAMS de participações e subsídios a beneficiários por despesas efetuadas em instituições de saúde externas, processadas de acordo com as disposições estabelecidas no regulamento interno. Este define como regra geral de cálculo do valor das participações, a verba correspondente a 80% do valor da despesa efetuada pelo beneficiário, tendo como valor máximo de incidência o previsto nas tabelas do SAMS, com exceção da assistência medicamentosa cuja participação corresponde a 90% do preço de referência. As despesas decorrentes da atribuição de participações e subsídios repartem-se igualmente pelos fundos especiais previstos nos estatutos do SAMS de acordo com a sua natureza.

Nesta rubrica são registados os débitos efetuados pela rede de prestadores da Advancecare – Gestão de Serviços de Saúde, SA, pelos serviços prestados aos beneficiários do SAMS, de acordo com o Contrato de Prestação de Serviços celebrado (Nota 28 a)).

Adicionalmente, são aqui registados os débitos efetuados pela Associação Nacional das Farmácias e Associação de Farmácias de Portugal, no âmbito dos acordos efetuados com o SAMS (Nota 28 b)).

Os custos com a prestação de benefícios e participações são registados na demonstração dos resultados do período a que respeitam (Nota 20).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

m) Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associada a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor, estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, as estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras foram a seguintes:

- Imparidade para contas receber: o MAIS Sindicato definiu consoante a natureza das contas a receber, a metodologia de cálculo de imparidade, que visa estimar com a maior fiabilidade possível o risco de incobrabilidade associado a cada conta a receber.
- Provisões para contingências fiscais: o MAIS Sindicato estimou a possível contingência para processos judiciais em curso, com base na informação disponível sobre as liquidações adicionais e a estimativa de encargos adicionais com as mesmas.
- Provisões para pensões de reforma: o MAIS Sindicato assumiu no passado a responsabilidade pelo pagamento de pensões de reforma e invalidez, bem como pensões de pré-reforma, em regime complementar ao da Segurança Social e em conformidade com os instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho outorgados. Para fazer face a essa responsabilidade o MAIS Sindicato constituiu uma provisão. No decurso do exercício de 2019 foi proferido acórdão pelo Supremo Tribunal de Justiça, o qual considerou inaplicável aos trabalhadores do SAMS o ACT do setor bancário e por esta razão em 2020 não foram reforçadas as provisões. Em 2021, na sequência de estudo atuarial foram estimadas as responsabilidades do MAIS Sindicato nesta matéria tendo sido registados os ajustamentos necessários (Nota 3j).
- Provisões para a manutenção de benefícios SAMS: o SAMS assumiu a responsabilidade da manutenção da assistência médico social do SAMS para os bancários abrangidos por Protocolo decorrente de rescisões do contratos de trabalho por mútuo acordo.

n) Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“eventos ajustáveis”) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço (“eventos não ajustáveis”) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

o) Especialização de exercícios

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual estas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são faturadas. As diferenças entre os montantes faturados os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas nas rubricas de diferimentos.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

4. FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes. Caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro de 2021 e 2020 detalha-se conforme se segue:

	2021	2020
Caixa	47.270	30.390
Depósitos à ordem	7.567.685	6.426.465
Depósitos a prazo (< 3 meses)	4.820.000	4.070.000
Caixa e equivalentes	12.434.955	10.526.854
Depósitos a prazo (> 3 meses)	17.250.000	15.500.000
Caixa e depósitos bancários	29.684.955	26.026.854

Em 31 de dezembro de 2021, a rubrica de “Depósitos a prazo (> 3 meses)” no montante global de 17.250.000 Euros ” compreendia aplicações com o seguinte detalhe:

- SAMS – aplicações no total de 6.000.000 Euros com vencimentos em abril, setembro e novembro de 2022;
- Atividade Sindical – aplicações no total de 11.250.000 Euros a vencer entre abril e dezembro de 2022.

A rubrica de “Caixa” no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 inclui 16.532 Euros (3.751 Euros em 2020) de cauções prestadas por utentes, no âmbito da prestação de serviços clínicos cuja contrapartida se encontra refletida a crédito na rubrica de “Beneficiários, associados e outros”.

5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

	2021				
	Saldo Inicial	Adições	Alienações	Transferências	Saldo Final
Ativo bruto					
Terrenos e outros recursos naturais	12.198.238	-	-	-	12.198.238
Edifícios e outras construções	76.987.747	87.175	(843)	136.523	77.210.603
Equipamento básico	38.529.922	737.169	(205.639)	246.820	39.308.272
Equipamento de transporte	95.070	-	-	-	95.070
Equipamento administrativo	10.696.261	388.232	(38.889)	-	11.045.604
Outros	2.317.725	817	(6.899)	-	2.311.644
Ativos tangíveis em curso	288.992	94.351	-	(383.344)	-
	141.113.955	1.307.745	(252.270)	-	142.169.430
Depreciações acumuladas					
Terrenos e outros recursos naturais	278.864	-	-	-	278.864
Edifícios e outras construções	58.336.285	2.724.337	(344)	-	61.060.278
Equipamento básico	33.354.039	1.614.725	(202.887)	-	34.765.878
Equipamento de transporte	81.309	7.628	-	-	88.937
Equipamento administrativo	9.423.838	432.545	(36.447)	-	9.819.936
Outros	2.307.362	5.390	(6.899)	-	2.305.853
	103.781.696	4.784.626	(246.577)	-	108.319.745
	37.332.259	(3.476.881)	(5.693)	-	33.849.685

Nas adições do exercício de 2021, salientam-se nas rubricas de “Edifícios e outras construções” o investimento na remodelação dos gabinetes de ortodontia e na de “Equipamento básico” a aquisição de, entre outros, diversos equipamentos (angiógrafo, aparelho de tomografia, ecógrafo e retinógrafo) para o Centro Clínico, um Chiller para o Hospital e os equipamentos instalados no âmbito do projeto de eficiência energética cuja segunda fase se encontrava em cursos desde 2020.

Nas diminuições salienta-se a alienação de uma máquina de circulação extracorpó que havia sido adquirida em 2010.

Os investimentos em curso correspondiam essencialmente à segunda fase do projeto de climatização e eficiência energética do Hospital do SAMS que foi concluída em 2021 pelo que os respetivos valores foram transferidos para firme.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

	2020					Saldo Final
	Saldo Inicial	Adições	Abates	Alienações	Transferências e Regularizações	
Ativo bruto						
Terrenos e outros recursos naturais	12 198 238	-	-	-	-	12 198 238
Edifícios e outras construções	75 646 052	226 368	-	-	1 115 326	76 987 747
Equipamento básico	36 693 944	2 533 137	(402 042)	(295 117)	-	38 529 922
Equipamento de transporte	95 070	-	-	-	-	95 070
Equipamento administrativo	10 342 211	277 609	(685)	(25 865)	102 991	10 696 262
Outros	2 447 203	234	(123 053)	(6 658)	-	2 317 725
Ativos tangíveis em curso	936 181	571 129	-	-	(1 218 318)	288 992
	<u>138 358 899</u>	<u>3 608 477</u>	<u>(525 780)</u>	<u>(327 640)</u>	<u>-</u>	<u>141 113 955</u>
Depreciações acumuladas						
Terrenos e outros recursos naturais	278 864	-	-	-	-	278 864
Edifícios e outras construções	55 665 288	2 670 997	-	-	-	58 336 285
Equipamento básico	32 289 915	1 730 530	(382 887)	(283 519)	-	33 354 039
Equipamento de transporte	73 681	7 627	-	-	-	81 309
Equipamento administrativo	9 033 479	414 386	(662)	(23 365)	-	9 423 838
Outros	2 425 618	11 455	(123 053)	(6 657)	-	2 307 362
	<u>99 766 844</u>	<u>4 834 995</u>	<u>(506 602)</u>	<u>(313 542)</u>	<u>-</u>	<u>103 781 696</u>
	<u>38 592 054</u>	<u>(1 226 518)</u>	<u>(19 179)</u>	<u>(14 099)</u>	<u>-</u>	<u>37 332 259</u>

Nas adições do exercício de 2020, salienta-se na rubrica de “Equipamento básico”, entre outros, a aquisição de um *Chiller* para o Hospital, aparelhos de TAC e Servidor para a valência de Imagiologia do Hospital e para o Serviço de Oncologia do Centro Clínico, vários Equipamentos para a Unidade de Endoscopia do Hospital, uma Máquina de Circulação Extra Corporal para a valência de Anestesiologia/ Reanimação.

Nas diminuições salientam-se a alienação de uma central telefónica e um sistema de telemetria e ressonância e o abate de diversos equipamentos obsoletos da Unidade de Endoscopia, Cardiotocógrafo, Videoureteroscópio, Broncoveoscópios e de Imagiologia (Videocolonoscópios, Videogastrosópios e Vídeo processadores).

As adições relativas aos investimentos em curso em 2020 correspondiam essencialmente à segunda fase do projeto de climatização e eficiência energética do Hospital que estava previsto ficarem concluídas em 2021

6. ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o movimento ocorrido nos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

	2021		
	Saldo Inicial	Adições	Saldo Final
Ativo Bruto			
Projetos de desenvolvimento	4.360.557	-	4.360.557
Ativos intangíveis em curso	-	-	-
	<u>4.360.557</u>	<u>-</u>	<u>4.360.557</u>
Amortizações			
Projetos de desenvolvimento	4.360.557	-	4.360.557
Ativos intangíveis em curso	-	-	-
	<u>4.360.557</u>	<u>-</u>	<u>4.360.557</u>
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

	2020		
	Saldo Inicial	Adições	Saldo Final
Ativo Bruto			
Projetos de desenvolvimento	4 360 557	-	4 360 557
	4 360 557	-	4 360 557
Amortizações			
Projetos de desenvolvimento	4 360 557	-	4 360 557
	4 360 557	-	4 360 557
	-	-	-

7. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

As verbas entregues ao Fundo de Compensação do Trabalho, encontram-se registadas na rubrica de “Participações financeiras”, tendo sido efetuados nos exercício de 2021 e 2020, os seguintes movimentos:

	Saldo em 31-12-2019	Dotações	Saldo em 31-12-2020	Dotações	Saldo em 31-12-2021
Fundo Compensação Trabalho	90.778	26.941	117.719	34.386	152.105
	90.778	26.941	117.719	34.386	152.105

8. INVENTÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica “Inventários” apresenta a seguinte composição:

	2021	2020
Produtos farmacêuticos	1.179.254	1.386.672
SAMS Optical - Lojas de ótica	459.196	455.927
SAMS Pharma - Loja de parafarmácia	129.489	127.476
Armazéns Centrais e pisos - materiais de uso clínico e diversos	3.145.450	3.589.575
	4.913.389	5.559.650

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é detalhado conforme se segue:

	2021	2020
Existência Inicial	5.559.650	4.278.432
Compras	15.576.273	14.418.987
Regularizações	103.044	82.818
Existência Final	4.913.389	5.559.650
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	16.119.491	13.054.952

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

9. BENEFICIÁRIOS, ASSOCIADOS E OUTROS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2021		
	Dívida	Imparidade (Nota 13)	Total
<u>Não corrente</u>			
Beneficiários	1.156.990	(1.018.485)	138.505
Beneficiários de Cobrança Duvidosa	1.635.960	(1.634.389)	1.571
Atualização da dívida de Creben (Nota 3 i))	(33.619)	-	(33.619)
	<u>2.759.331</u>	<u>(2.652.874)</u>	<u>106.457</u>
<u>Corrente</u>			
Beneficiários	5.781.773	-	5.781.773
Sócios e outros	297.819	(3.320)	294.499
Sócios e outros de cobrança duvidosa	91.761	(89.972)	1.789
Utentes	1.253.188	(712.902)	540.286
Utentes de Cobrança Duvidosa	1.381.053	(1.381.053)	-
Organismos	11.995.166	(7.755.523)	4.239.643
Organismos de Cobrança Duvidosa	387	(387)	-
Diversos	(218.653)	-	(218.653)
	<u>20.582.494</u>	<u>(9.943.157)</u>	<u>10.639.337</u>
	<u>23.341.825</u>	<u>(12.596.031)</u>	<u>10.745.794</u>
	2020		
	Dívida	Imparidade (Nota 13)	Total
<u>Não corrente</u>			
Beneficiários	1.364.606	(1.006.725)	357.881
Beneficiários de Cobrança Duvidosa	1.652.519	(1.652.519)	-
Atualização da dívida de Creben (Nota 3 i))	(83.534)	-	(83.534)
	<u>2.933.591</u>	<u>(2.659.244)</u>	<u>274.347</u>
<u>Corrente</u>			
Beneficiários	5.525.650	-	5.525.650
Sócios e outros	44.830	(126)	44.704
Sócios e outros de cobrança duvidosa	92.745	(89.972)	2.773
Utentes	1.201.378	(695.120)	506.258
Utentes de Cobrança Duvidosa	1.268.970	(1.268.970)	-
Organismos	11.831.648	(6.728.866)	5.102.783
Organismos de Cobrança Duvidosa	387	(387)	-
Diversos	66.330	-	66.330
	<u>20.031.937</u>	<u>(8.783.440)</u>	<u>11.248.498</u>
	<u>22.965.529</u>	<u>(11.442.684)</u>	<u>11.522.845</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

10. IMPOSTOS

Na rubrica de “Provisões – Processos fiscais em curso” inclui-se o processo de Imposto sobre o Valor Acrescentado (“IVA”) relativo ao exercício de 2002 do qual resultaram, na sequência de inspeção fiscal realizada em anos anteriores, liquidações adicionais no montante aproximado de 2.000.000 Euros.

Em 25 de fevereiro de 2009, o MAIS Sindicato foi notificado pela Administração Tributária do deferimento parcial deste processo, na parte contestada de 590.647 Euros e inerentes juros compensatórios, por ter ocorrido o prazo de caducidade na data de liquidação adicional do imposto.

Em 1 de outubro de 2013, foi o MAIS Sindicato notificado da Sentença proferida, em 27 de setembro de 2013, nos termos da qual é julgada parcialmente procedente (em cerca de 80%) a impugnação judicial deduzida respeitante ao ano de 2002 – IVA correções aritméticas. O MAIS Sindicato recorreu desta decisão na parte considerada improcedente. Tendo sido notificado da interposição de recurso pela Fazenda Pública, o MAIS Sindicato aguarda decisão.

A rubrica de “Provisões – Processos fiscais em curso” inclui igualmente o processo de impugnação judicial de Imposto Municipal sobre Imóveis IMI e juros compensatórios, no valor de 110.110 Euros, sobre o qual foi prestada garantia no valor de 91.271 Euros (Nota 27).

Adicionalmente, refere-se o processo de Imposto sobre o Valor Acrescentado respeitante aos exercícios 2000 e 2001, no qual foi efetuada, por parte da Autoridade Tributária, compensação de valores, no montante de 266.308 Euros, tendo o valor remanescente deste processo sido liquidado no âmbito do Regime Especial de Regularização de Dívidas (RERD - Decreto-Lei n.º 151 - A/2013, de 31 de outubro) (Nota 15). O processo encontra-se impugnado judicialmente a aguardar decisão.

Por fim, no âmbito do RERD foi liquidada, no exercício de 2013, a quantia de 2.248.123 Euros correspondente a processos impugnados judicialmente, a saber: IVA 2000/2001, IVA/2002 - métodos indiretos e os de IRC respeitantes aos exercício de 2003 a 2006. Na sequência do seu pagamento, as garantias correspondentes a estes processos foram canceladas, por instrução da Autoridade Tributária. Importa referir que em 2020 o Sindicato recebeu do Estado o reembolso do IRC relativo a 2003, que havia sido pago no final de 2013, no valor de 401.094 Euros, bem como juros no valor total de 108.850 Euros, sendo que em 2021 foram recebidos 134.446 Euros relativos a juros indemnizatórios que se encontram registados como “Restituição de Impostos” (Nota 23).

Assim, para fazer face às contingências fiscais, nos exercícios de 2021 e 2020, mantiveram-se as seguintes Provisões para Processos Fiscais, cujo montante se detalha por ano e natureza de imposto (Nota 13):

Processo Fiscal		Saldos em	Reforço	Saldos em	Reforço	Saldos em
Ano	Natureza	31/12/2019	Provisão	31/12/2020	Provisão	31-12-2021
2002	IVA	1.356.335	-	1.356.335	-	1.356.335
2010	IMI	110.110	-	110.110	-	110.110
		1.466.445	-	1.466.445	-	1.466.445
Dívida Estado Outros Entes Públicos (IVA 2000/01)		266.308	-	266.308	-	266.308
		1.732.753	-	1.732.753	-	1.732.753

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em sede de Imposto sobre o Valor Acrescentado e na sequência de Despacho do Senhor Secretário do Estado dos Assuntos Fiscais em funções em dezembro de 2007, a partir de 1 de janeiro de 2008, aplicou-se à atividade de prestação de serviços de saúde e aos serviços prestados no Lar de Idosos o regime de isenção, mantendo-se sujeita a atividade realizada na Loja de Ótica e na Parafarmácia, na esfera do SAMS, e o aluguer de apartamentos e circuitos turísticos na Atividade Sindical.

Na sequência de notificação da Autoridade Tributária em 2016 e 2017, relativamente aos exercícios de 2012, 2013, 2014 e 2015, foi realizada ação de inspeção no âmbito do Imposto sobre o Valor Acrescentado, tendo sido liquidado o valor de 547.044 Euros, respeitante a deduções indevidas.

O MAIS Sindicato para efeitos da determinação do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRC”) apresenta à Administração Tributária declaração que corresponde à integração das declarações fiscais individuais das atividades desenvolvidas que, para além do SAMS, englobam a USP do MAIS Sindicato.

A taxa de IRC aplicável, de acordo com o n.º 4 do art.º 80º do Código do IRC, é de 21,5%.

Na sequência da Reforma do Imposto sobre o Rendimento Coletivo (IRC), efetuada pela Lei n.º 2/2014 de 16 de janeiro, especificamente no que respeita ao n.º 7 do artigo 53º do CIRCI, tal como ocorrido em relação ao exercício de 2020, também relativamente a 2021 não há lugar a pagamento de imposto dado que o valor das retenções efetuadas pelos bancos são superiores ao valor das Tributações Autónomas apuradas.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos.

Deste modo, as declarações fiscais do MAIS Sindicato (onde se reflete a atividade do SAMS e da USP do MAIS Sindicato) dos anos de 2018 a 2021 ainda poderão vir a ser sujeitas a revisão (a partir de 2019, no que respeita ao IVA).

A Direção do MAIS Sindicato está convicta de que as eventuais revisões daquelas declarações fiscais por parte das autoridades fiscais não terá um efeito materialmente relevante sobre as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

11. OUTROS ATIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica “Outros ativos correntes” apresenta a seguinte composição:

	2021		
	Valor Bruto	Imparidade (Nota 13)	Valor Líquido
Ministério da Saúde (ACSS)	11.357.443	(11.357.443)	-
Serviço Regional de Saúde Madeira	1.728.291	-	1.728.291
Outras dívidas	191.663	(100.000)	91.663
	<u>13.277.397</u>	<u>(11.457.443)</u>	<u>1.819.954</u>
Contribuições a receber			
Das Instituições de Crédito	5.064.520	-	5.064.520
De Individuais	267	-	267
Quotizações a receber			
Das Instituições de Crédito	336.169	-	336.169
De Individuais	-	-	-
	<u>5.400.955</u>	<u>-</u>	<u>5.400.955</u>
Pessoal			
Adiantamento Pessoal	388	-	388
Outros	672.911	-	672.911
	<u>673.299</u>	<u>-</u>	<u>673.299</u>
Devedores Fundo Auxílio Económico	142.597	(24.905)	117.692
Devedores Fundo Auxílio Económico - Despesas Escolares	117.961	-	117.961
INETESE	70.514	(70.514)	-
UGT	19.038	-	19.038
Outros devedores	3.529	-	3.529
Acréscimo de Rendimentos	1.322.440	-	1.322.440
	<u>21.027.730</u>	<u>(11.552.862)</u>	<u>9.474.868</u>

	2020		
	Valor Bruto	Imparidade (Nota 13)	Valor Líquido
Ministério da Saúde (ACSS)	11 357 443	(11 357 443)	-
Serviço Regional de Saúde Madeira	1 728 291	-	1 728 291
Outras dívidas	259 394	(100 000)	159 394
	<u>13 345 128</u>	<u>(11 457 443)</u>	<u>1 887 685</u>
Contribuições e quotizações a receber			
Contribuições das Instituições de Crédito	5 793 717	-	5 793 717
Contribuições de Individuais	267	-	267
Quotizações	346 489	-	346 489
	<u>6 140 473</u>	<u>-</u>	<u>6 140 473</u>
Pessoal			
Adiantamento Pessoal	1 319	-	1 319
Outros	596 530	-	596 530
	<u>597 850</u>	<u>-</u>	<u>597 850</u>
Devedores Fundo Auxílio Económico	172 632	(27 956)	144 676
Devedores Fundo Auxílio Económico - Despesas Escolares	120 207	-	120 207
INETESE	70 514	(70 514)	-
UGT	76 315	-	76 315
Outros devedores	3 529	-	3 529
Acréscimo de Rendimentos	969 571	-	969 571
	<u>21 496 218</u>	<u>(11 555 913)</u>	<u>9 940 305</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica Ministério da Saúde (ACSS) respeita ao montante a receber do Ministério da Saúde no âmbito do protocolo que vigorou até 31.12.2008, estando pendentes 11.357.443 Euros respeitantes ao diferencial entre os valores debitados e os recebidos da ACSS, desde 2007, inclusive. Esta dívida encontra-se integralmente ajustada de forma a cobrir integralmente o risco de eventual não recebimento das divergências descritas anteriormente.

Com efeitos à data de 1 de março de 2010, foi denunciado, por iniciativa do Governo Regional da Madeira, o Protocolo celebrado em 2006 entre o Serviço Regional de Saúde da Região Autónoma da Madeira (SRSM) e o SAMS. Posteriormente, em novembro de 2014, foram liquidados os débitos respeitantes a 2007 e ao 2.º semestre de 2008, no montante global de 1.682.520 Euros, deduzidos dos valores em dívida pelo SAMS no montante de 1.062.851 Euros. Em 31.12.2021 e 31.12.2020, o saldo em dívida é de 1.728.291 Euros.

Durante o exercício económico de 2021, no âmbito do Fundo de Auxílio Económico criado para apoio às despesas escolares, foram disponibilizados 127 apoios (166 em 2020), no montante global de 117.960 Euros (148.227 Euros em 2020). O valor do apoio e o período de restituição, depende do nível de escolaridade a que se destina e poderá ser no máximo 1.200 Euros e 12 meses, respetivamente. Em 31 de dezembro de 2021, encontrava-se em dívida o valor correspondente a 117.961 Euros (120.207 Euros em 2020).

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, encontrava-se em dívida o montante de 70.514 Euros, no âmbito do Protocolo de Colaboração celebrado com o INETESE (Nota 28 e)). Esta dívida foi integralmente ajustada, na medida em que o INETESE se encontra em processo especial de revitalização.

Na rubrica de “Acréscimos de rendimentos” encontram-se reconhecidos os rendimentos, no montante de 1.256.415 Euros (941.659 em 2020) provenientes, essencialmente, da atividade clínica realizada no exercício de 2021 mas cuja faturação ocorrerá no exercício de 2022.

12. FUNDOS PATRIMONIAIS

Os Fundos patrimoniais englobam de acordo com os Estatutos do MAIS Sindicato e do Regulamento de Gestão do SAMS as Reservas que incluem os resultados transitados e o resultado líquido de exercício (Nota 3 f)).

	2021	2020
Do regime geral	10.354.309	19.013.518
Do regime especial	-	(1.011.366)
Fundo Sindical	12.511.566	12.385.866
Fundo Greve e Solidariedade	8.081.514	7.706.842
Fundo de Auxílio Económico	300.000	300.000
Fundo da Lutuosa	279.327	279.327
	<u>31.526.716</u>	<u>38.674.187</u>
Resultados Transitados	2.712.688	3.112.040
Resultados Transitados - SNC	<u>(3.200.601)</u>	<u>(3.200.601)</u>
	<u>(487.912)</u>	<u>(88.560)</u>
	<u>31.038.804</u>	<u>38.585.627</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

13. IMPARIDADE E PROVISÕES

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, ocorreram os seguintes movimentos nas rubricas de imparidades e provisões:

	Saldos em 31-12-2020	Reforços	Reversões	Utilizações	Dotações	Saldos em 31-12-2021
Imparidade de dívidas de beneficiários, associados e outros (Nota 9):						
Dívidas de Beneficiários e sócios	2.659.370	4.725	(6.686)	(1.215)	-	2.656.194
Dívidas de Utentes	1.964.090	129.866	-	-	-	2.093.956
Dívidas de Organismos	6.729.253	1.026.657	-	-	-	7.755.910
Dívidas de associados contencioso	324	-	-	-	-	324
Outras dívidas de terceiros	89.647	-	-	-	-	89.647
	<u>11.442.684</u>	<u>1.161.248</u>	<u>(6.686)</u>	<u>(1.215)</u>	<u>-</u>	<u>12.596.031</u>
Imparidade de dívidas a receber de terceiros (Nota 11):						
Ministério da Saúde (ACSS)	11.357.443	-	-	-	-	11.357.443
Outras Dívidas	198.470	-	-	(3.051)	-	195.419
	<u>11.555.913</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(3.051)</u>	<u>-</u>	<u>11.552.862</u>
	<u>22.998.597</u>	<u>1.161.248</u>	<u>(6.686)</u>	<u>(4.265)</u>	<u>-</u>	<u>24.148.894</u>
Provisões						
Pensões de Reforma (Nota 3 j))	20.789.970	3.254.672	(5.064.255)	(761.547)	-	18.218.840
Processos Fiscais em Curso (Nota 10)	1.732.753	-	-	-	-	1.732.753
Manutenção de Benefícios SAMS (Nota 28 j))	8.284.448	-	-	(7.483)	4.074.450	12.351.415
Complementaridade	197.798	16.931	-	-	-	214.729
Outros Riscos e Encargos	3.107.212	-	(1.217.150)	-	-	1.890.062
	<u>34.112.181</u>	<u>3.271.603</u>	<u>(6.281.405)</u>	<u>(769.030)</u>	<u>4.074.450</u>	<u>34.407.799</u>
Total de Imparidades e Provisões	<u>57.110.778</u>	<u>4.432.852</u>	<u>(6.288.091)</u>	<u>(773.295)</u>	<u>4.074.450</u>	<u>58.556.693</u>

	Saldos em 31-12-2019	Reforços	Reversões	Utilizações	Dotações	Saldos em 31-12-2020
Imparidade de dívidas de beneficiários, associados e outros (Nota 9):						
Dívidas de Beneficiários e sócios	2.869.719	-	(137.157)	(73.193)	-	2.659.370
Dívidas de Utentes	1.886.040	93.900	-	(15.850)	-	1.964.090
Dívidas de Organismos	3.576.637	3.152.615	-	-	-	6.729.253
Dívidas de associados contencioso	2.046	-	-	(1.722)	-	324
Outras dívidas de terceiros	89.647	-	-	-	-	89.647
	<u>8.424.090</u>	<u>3.246.515</u>	<u>(137.157)</u>	<u>(90.764)</u>	<u>-</u>	<u>11.442.684</u>
Imparidade de dívidas a receber de terceiros (Nota 11):						
Ministério da Saúde (ACSS)	11.357.443	-	-	-	-	11.357.443
Outras Dívidas	205.248	-	-	(6.778)	-	198.470
	<u>11.562.691</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(6.778)</u>	<u>-</u>	<u>11.555.913</u>
	<u>19.986.781</u>	<u>3.246.515</u>	<u>(137.157)</u>	<u>(97.542)</u>	<u>-</u>	<u>22.998.597</u>
Provisões						
Pensões de Reforma (Nota 3 j))	21.593.797	14.351	-	(818.178)	-	20.789.970
Processos Fiscais em Curso (Nota 10)	1.732.753	-	-	-	-	1.732.753
Manutenção de Benefícios SAMS (Nota 28 j))	7.083.575	-	(9.258)	-	1.210.131	8.284.448
Complementaridade	197.798	-	-	-	-	197.798
Outros Riscos e Encargos	361.121	2.746.091	-	-	-	3.107.212
	<u>30.969.044</u>	<u>2.760.442</u>	<u>(9.258)</u>	<u>(818.178)</u>	<u>1.210.131</u>	<u>34.112.181</u>
Total de Imparidades e Provisões	<u>50.955.825</u>	<u>6.006.957</u>	<u>(146.415)</u>	<u>(915.720)</u>	<u>1.210.131</u>	<u>57.110.778</u>

a) Imparidades

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, na rubrica “Imparidade de dívidas de organismos” foi registado reforço total de 1.026.657 Euros nas dividas de Organismos.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

b) Pensões de reforma

Para fazer face à responsabilidade de conceder aos seus empregados prestações pecuniárias a título de complemento de pensões de reforma assumidas pela Segurança Social, o MAIS Sindicato tem uma provisão para “Pensões de reforma”, cujo saldo a 31 de dezembro de 2021 ascendia a 18.218.840 Euros (20.789.970 Euros em 2020). No exercício económico de 2021 a provisão de “Pensões de Reforma” foi ajustada com base em estudo atuarial. (Nota 3 j)

Todas as responsabilidades por serviços passados foram estimadas com base em estudo atuarial elaborado por atuários independentes, com base no método atuarial “Projected Unit Credit”, por referência a 31 de dezembro de 2021.

Estes estudos utilizaram os seguintes pressupostos e bases técnicas atuariais:

Pressupostos Avaliação	
Taxa de Desconto	1,00%
Tábua de Mortalidade	TV 88/90
Tábua de Invalidez	EKV80
Idade Normal de Reforma por velhice (IRN)	65 anos (admissões até 31.12.2008) 67* anos (restante população e RGSS)
Número de pagamentos de pensões por ano	14 pagamentos
Taxa de crescimento das pensões	0,50%
Taxa de crescimento dos salários	0,75%
Taxa anual de revalorização salários S.S.	
nº 1 do Artigo 27º	0,45%
nº 2 do Artigo 27º	0,55%
Serviços de Assistência Médico-Social (custo após a reforma <i>per capita</i>)	889 Euros/ano
Percentagem de casados	80%
Diferença etária entre cônjuges	3 (homem mais velho)
Reversibilidade	40%
Idade limite para o pagamento de pensões temporárias (benefício de orfandade)	24 anos

*A idade normal de acesso à pensão de reforma é estabelecida anualmente, tendo como referência o aumento da Esperança Média de Vida (EMV) da população portuguesa. Assim, para efeitos da avaliação atuarial, considerou-se uma estimativa da nova idade de acesso à pensão de reforma em que a EMV aos 65 anos aumenta 0,5% por cada ano futuro.

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2021, o montante da responsabilidade associada aos planos de benefícios pós emprego definidos evoluiu da seguinte forma:

	Respons. Serv. Passados	Activos de Cobertura	Ganhos e Perdas actuariais	Provisão líquida
1 de Janeiro	15.855.179	-	-	15.855.179
Custo dos serviços correntes	174.715			174.715
Custo dos juros	184.899			184.899
Custo de Serviços Passados	3.265.293			3.265.293
Custo líquido do exercício				3.624.907
Contribuições da empresa				
Benefícios pagos	(761.546)	-	-	(761.546)
OCI: Ganhos e Perdas actuariais - Alt. Pressupostos Financeiros	-	-	-	-
OCI: Ganhos e Perdas actuariais - Alt. Pressupostos Demográficos	-	-	-	-
OCI: Ganhos e Perdas actuariais - Experiência	(499.699)	-	-	(499.699)
31 de Dezembro	18.218.841	-	-	18.218.841

c) Processos fiscais em curso

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a provisão para contingências fiscais relativa a processos fiscais em curso (Nota 10) apresenta o saldo de 1.732.753 Euros.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

d) Protocolos manutenção benefícios SAMS

No exercício de 2021, no âmbito dos Protocolos celebrado entre o MAIS Sindicato e o Banco Comercial Português, o Novo Banco, a Oitante o Banco do Brasil, o Montepio, a Parvalorem e o Banco Santander a provisão de “Manutenção de benefícios SAMS” foi dotada no montante de 4.074.450 Euros (1.210.132 Euros em 2020) e sofreu uma utilização de 7.483 Euros (registada por contrapartida da rubrica “Vendas e serviços prestados”). O saldo daquela provisão em 31 de dezembro de 2021 e 2020 ascendia a 12.351.415 Euros e 8.284.448 Euros, respetivamente (Nota 28 j).

e) Complementaridade

No exercício de 2021 a manteve-se a provisão para a complementaridade, na medida em que a Convenção celebrada com a ADSE manteve o recurso ao regime da complementaridade obrigatória aos âmbitos de assistência médica não cobertos pela referida Convenção, tendo sido reforçada pelo montante de 16.931 Euros, apurando-se o saldo a 31 de dezembro de 2021 de 214.729 Euros (197.798 Euros, em 2020). Esta provisão tem por objetivo fazer face aos custos decorrentes de pedidos de comparticipação de beneficiários que utilizam simultaneamente outros sistemas de saúde.

14. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica “Fornecedores” apresenta a seguinte composição:

	2021	2020
Fornecedores correntes	6.064.697	4.839.606
Faturas em conferência	114.248	280.122
	<u>6.178.945</u>	<u>5.119.728</u>

15. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o saldo da rubrica “Estado e outros entes públicos” apresenta a seguinte composição:

	2021	2020
Saldos devedores		
IRC - Retenções na Fonte	12.490	15.779
IRC - Tributações Autónomas	(21)	(130)
IVA - Imposto sobre o Valor Acrescentado	271.915	285.376
	<u>284.385</u>	<u>301.025</u>
Saldos credores		
Segurança Social	705.376	657.629
IRS - Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	418.500	423.096
IRC - Retenções na Fonte	2.060	2.373
IVA - Imposto sobre o Valor Acrescentado	82.065	99.112
	<u>1.208.002</u>	<u>1.182.211</u>

Em 31 de dezembro de 2021, foi efetuada estimativa de IRC, contudo, na sequência da Reforma do Imposto sobre o Rendimento Coletivo (IRC), efetuada pela Lei n.º 2/2014 de 16 de janeiro, nomeadamente no que respeita ao n.º 7 do artigo 53º do CIRC, em 2021 e 2020 não houve lugar a pagamento de imposto para além do relativo a tributações autónomas.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os saldos devedores, incluem o montante de 266.308 Euros, de valores indevidamente compensados, por iniciativa da Autoridade Tributária, no processo de IVA 2000/2001. Decorrente da incerteza quanto à sua recuperabilidade foi constituída provisão na sua totalidade (Notas 10 e 13).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

16. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2021	2020
Locações Financeiras		
Leasing de Equipamento	1.964.663	2.607.459
	<u>1.964.663</u>	<u>2.607.459</u>
Mensalidades a CP (< 1 ano)	639.641	650.457
Mensalidades a MLP	1.325.022	1.957.002
	<u>1.964.663</u>	<u>2.607.459</u>

O saldo da rubrica “Locações Financeiras” refere-se a valores em dívida ao Crédito Especializado Santander Totta e ao Banco BPI, no âmbito de contratos de locação financeira celebrados com estas entidades. Do montante total em dívida em 31.12.2021, 1.325.022 Euros (1.957.002 Euros, em 2020) respeita a prestações de capital que se vencem a mais de um ano.

17. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a rubrica “Outros passivos correntes” apresenta a seguinte composição:

	2021	2020
Entidades públicas	26.015	26.015
Entidades privadas	2.655.173	2.392.843
Farmácias	<u>886.219</u>	<u>762.162</u>
	3.567.407	3.181.020
Acréscimo de Gastos		
Remunerações a liquidar	5.390.465	5.169.484
Trabalhos clínicos especializados e fornecimentos clínicos (Nota 21)	2.090.555	2.664.186
Advancecare (Nota 20 e Nota 28 a))	2.079.583	1.957.449
Médicos (Nota 20)	918.437	1.276.267
Notas de Crédito a emitir	-	846.736
Honorários clínicos (Nota 21)	219.054	190.470
Associação Nacional das Farmácias (Nota 20 e Nota 28 b))	109.513	161.776
Outros	<u>561.494</u>	<u>678.535</u>
	11.369.102	12.944.902
Fornecedores de Investimento	152.337	159.913
Lutuosa	289.170	351.644
Outros	<u>393.199</u>	<u>530.139</u>
	<u>15.771.216</u>	<u>17.167.618</u>

A rubrica “Outros passivos correntes” engloba o seguinte:

- A 31 de Dezembro de 2021, os “Acréscimos de gastos” incluem o montante de 5.390.465 Euros (5.169.484 Euros em 2020) respeitante ao reconhecimento da responsabilidade com férias e subsídio de férias dos seus trabalhadores.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- O montante de 2.090.555 Euros (2.664.186 Euros em 2020) respeitantes a serviços prestados pelos médicos do Hospital e Centro Clínico e outros fornecimentos e serviços clínicos externos.
- O montante de 2.079.583 Euros correspondente aos serviços prestados em 2021 (1.957.449 Euros, em 2020) pela Rede de Prestadores Convencionados da AdvanceCare que ainda não foram apresentados ao SAMS, no contexto do Contrato de Prestação de Serviços celebrado (Nota 28 a));
- O montante de 918.437 Euros (1.276.267 Euros, em 2020) correspondente aos serviços prestados em 2021 pela Rede de Prestadores Convencionados da Médis que ainda não foram apresentados ao SAMS.
- O montante de 109.513 Euros correspondente às faturas do mês de dezembro de 2021 da Associação Nacional de Farmácias (161.776 Euros, em 2020, respeitante ao mês de dezembro), no âmbito do protocolo estabelecido (Nota 28 b));
- O montante de 219.054 Euros (190.470 Euros em 2020) essencialmente de honorários clínicos a pagar.
- O montante de 561.494 Euros (678.535 Euros em 2020) inclui participações diretas cujo prazo de entrega para efeitos de participação é de 90 dias, no montante de 450.000 Euros (443.707 Euros em 2020) (Nota 20).
- O montante de 393.199 Euros (530.139 Euros em 2020) corresponde essencialmente a participações relativas a novembro e dezembro de 2021 cujo pagamento ocorreu em janeiro de 2022.

18. DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2021, a rubrica “Diferimentos” ativa apresenta o saldo de 590.909 Euros (429.770 Euros em 2020) respeitante à utilização de software e outros serviços da Microsoft relativos a anos subsequentes.

	2021	2020
Gastos a Reconhecer	590.909	429.770
	<u>590.909</u>	<u>429.770</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

19. VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, rubrica “Vendas e Serviços Prestados” apresenta a seguinte composição:

	2021	2020
Contribuições		
Instituições de Crédito	63.782.488	65.157.624
Bancários - Regime Geral	16.633.381	15.725.463
Bancários - Regime Especial	3.622.696	3.730.670
	<u>84.038.565</u>	<u>84.613.757</u>
Quotizações	5.738.245	5.883.780
Outras	-	-
	<u>5.738.245</u>	<u>5.883.780</u>
Subtotal	<u>89.776.810</u>	<u>90.497.537</u>
Vendas de Mercadorias		
Beneficiários Regime Geral	3.103.608	2.414.468
Beneficiários Regime de Complementaridade	298.783	249.181
Outros Utentes	1.248.477	917.037
Subtotal	<u>4.650.868</u>	<u>3.580.686</u>
Prestação de serviços clínicos		
Beneficiários Regime Geral	17.043.465	10.595.462
Beneficiários Regime de Complementaridade	1.639.193	1.390.627
Outros Utentes	15.163.332	11.571.711
	<u>33.845.991</u>	<u>23.557.800</u>
Prestação de serviços de lazer		
Organização de circuitos turísticos	3.775	11.233
Exploração hoteleira e similar	190.998	187.725
Campismo e caravanismo	1.137.448	1.064.815
	<u>1.332.221</u>	<u>1.263.772</u>
Outras Prestações de Serviços	505	174
	<u>505</u>	<u>174</u>
Subtotal	<u>35.178.717</u>	<u>24.821.746</u>
Total	<u>129.606.395</u>	<u>118.899.969</u>

A rubrica “Contribuições”, no exercício de 2021, tal como no de 2020, engloba as receitas provenientes do IRCT, para as Instituições de Crédito aderentes (Nota 3 k)).

A rubrica de “Prestação de serviços clínicos” inclui os rendimentos provenientes da prestação de serviços de saúde e inclui a Convenção celebrada com a ADSE (Nota 28 i)).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

20. GASTOS COM COMPARTICIPAÇÕES

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a rubrica “Gastos com comparticipações” apresenta o seguinte detalhe:

	2021	2020
Comparticipações do regime geral		
- Exames auxiliares de diagnóstico	7.575.809	6.314.274
- Assistência medicamentosa	5.093.736	5.135.723
- Intervenções clínicas	4.508.098	4.091.001
- Consultas médicas	3.663.523	3.281.660
- Tratamentos médicos	3.735.977	3.105.679
- Assistência medicamentosa - estabelecimentos privados	1.643.321	1.693.151
- Material diverso em internamento	1.351.708	1.668.068
- Assistência hospitalar	2.093.872	1.620.465
- Próteses oculares	1.143.166	982.267
- Próteses dentárias	672.547	502.596
- Outras	612.406	491.547
	<u>32.094.164</u>	<u>28.886.431</u>
Comparticipações do regime especial		
- Assistência de idosos/inválidos em lares	388.508	504.477
- Subsídio materno-infantil	94.040	119.760
- Assistência descendentes com mais de 24 anos	114.483	96.612
- Assistência a deficientes	36.455	44.086
- Termalismo	60.531	30.869
- Outros	175.565	155.714
	<u>869.583</u>	<u>951.518</u>
Complementaridade	<u>1.305.401</u>	<u>1.141.922</u>
	<u><u>34.269.148</u></u>	<u><u>30.979.871</u></u>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a rubrica de “Gastos com comparticipações” inclui o montante de 3.592.019 Euros (4.069.637 Euros, em 2020) de acréscimos de gastos (Nota 17).

A rubrica de “Gastos com comparticipações” inclui 13.508.201 Euros e 11.862.787 Euros em 2021 e 2020, respetivamente, relativamente ao contrato celebrado com a Advancecare (Nota 28 a)).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

21. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2021	2020
Subcontratos:		
Análises laboratoriais (Nota 28 h))	2.303.788	1.914.777
Serviços de limpeza	1.693.163	1.645.160
Manutenção de instalações e equipamento	1.675.340	1.623.201
Hemodiálise (Nota 28 c))	1.359.469	1.347.476
Subcontratos informaticos	1.144.624	1.054.916
Próteses dentárias	1.130.197	843.199
Serviços de restauração	858.527	792.120
Esterilização (Nota 28 g))	837.911	689.090
Oncologia (Nota 28 f))	561.480	1.040.148
Gestão de atendimento	578.713	1.018.803
Próteses auditivas	714.853	430.585
Serviços de segurança	551.586	504.399
Serviços de lavandaria	278.425	222.378
Subcontratos lazer	103.078	151.031
Tratamento residuos hospitalares	185.500	125.127
Transporte de doentes	42.055	45.161
Tratamentos de urologia	-	138.476
Outros	18.988	65.119
	14.037.699	13.651.166
Trabalhos especializados clínicos	10.710.250	9.164.412
Honorários clínicos	1.946.882	1.605.435
Conservação e reparação	1.512.466	1.599.731
Eletricidade	1.641.465	1.059.224
Gestão entidades conv. AdvanceCare (Nota 28 a))	1.200.243	1.000.479
Trabalhos especializados informáticos	820.296	1.205.320
Trabalhos especializados outros	729.053	838.773
Honorários outros	618.937	689.176
Comunicação	453.958	531.142
Rendas e alugueres	493.438	522.465
Gestão entidades conv. Médic	410.817	426.669
Outros fluídos	292.479	241.116
Seguros	190.352	195.703
Água	209.410	181.949
Contencioso	227.886	143.476
Deslocações, estadas e transporte	128.707	130.714
Combustíveis	104.607	88.527
Trabalhos especializados tipográficos	168.675	86.862
Materiais	139.352	70.636
Limpeza, higiene e conforto	126.675	69.591
Publicidade e propaganda	28.382	61.363
Trabalhos especializados digitalização de documentos	-	11.613
Trabalhos especializados projetos	-	3.516
Outros	409.882	538.570
	22.564.211	20.466.459
Despesas com órgãos sociais	44.045	44.311
	36.645.955	34.161.936

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nas rubricas de “Subcontratos” e de “Trabalhos especializados” de natureza clínica são registados as despesas com tratamentos clínicos especializados, bem como com as entidades prestadoras de serviços médicos, incluindo o montante de 2.090.555 Euros de acréscimo de gastos (2.664.186 Euros em 2020) (Nota 17).

A rubrica de “Honorários Clínicos” inclui acréscimo de gastos no montante de 219.054 Euros (190.470 Euros em 2020) de custos com serviços médicos prestados por profissionais de saúde subcontratados (Nota 17).

Os honorários do Revisor Oficial de Contas, em 2021, ascendem a 37.900 Euros (acrescido de IVA à taxa legal).

Nos “Subcontratos de lazer” incluem-se a contratualização de viagens e apartamentos para disponibilização aos sócios do MAIS Sindicato (Nota 19).

Na rubrica “Rendas e alugueres” encontram-se incluídos os seguintes valores relativos a contratos de aluguer operacional, em 2021 e 2020:

	2021		2020	
	Valor da renda anual	Rendas vincendas inferiores a 5 anos	Valor da renda anual	Rendas vincendas inferiores a 5 anos
Viaturas	134.172	36.220	157.101	147.109
Equipamento informático	55.555	55.555	55.955	55.955
Fotocopiadores / Impressoras	81.200	81.200	36.068	36.068

22. GASTOS COM O PESSOAL

As remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais e ao pessoal nos exercícios de 2021 e 2020 foram os seguintes:

	2021	2020
Remunerações:		
- Pessoal médico	7.625.250	8.153.551
- Pessoal paramédico e enfermeiro	9.256.645	9.187.304
- Pessoal administrativo e auxiliar	13.383.723	11.744.014
- Órgãos sociais	360.774	377.969
	30.626.391	29.462.838
Encargos com remunerações	8.135.231	8.029.651
Indemnizações	2.012.684	1.135.169
Outros gastos com o pessoal	664.749	799.351
	41.439.055	39.427.009

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o MAIS Sindicato manteve ao seu serviço, 1.380 e 1.385 empregados, respetivamente. A distribuição dos empregados por categoria profissional era a seguinte:

	2021				2020			
	AS	SAMS	USP	Sindicato	AS	SAMS	USP	Sindicato
Médicos	-	261	2	263	-	286	2	288
Auxiliares	36	489	12	537	34	468	10	512
Enfermeiros	-	227	-	227	-	233	-	233
Técnicos	-	128	-	128	-	124	-	124
Administrativos	34	82	86	202	36	83	85	204
Assistentes Clínicos	-	18	-	18	-	20	-	20
Farmacêuticos	-	5	-	5	-	4	-	4
	70	1.210	100	1.380	70	1.218	97	1.385

Em 2020 o Sindicato recebeu “Subsídios à Exploração” no montante de 1.204.319 Euros na sequência da realização do Layoff.

23. OUTROS RENDIMENTOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica “Outros rendimentos” tem a seguinte composição:

	2021	2020
Complementaridade	751.953	535.264
Restituição de impostos	159.509	510.429
Rendimentos suplementares	539.355	372.969
Correções de exercícios anteriores	397.495	4.628
Ganhos em inventários	74.864	82.051
Descontos pronto pagamento	46.744	48.485
Reembolso Viagens	15.065	21.777
Cobertura encargos administrativos	15.974	18.126
Aluguer de equipamento	5.894	13.745
Cursos de formação, arte e outros	2.696	10.090
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	4.140	4.005
Práticas desportivas e atividades afins	11.585	825
Outros	34.456	116.033
	2.059.730	1.738.427

A rubrica “Restituição de Impostos” inclui em 2020 o montante de 401.094 Euros relativos a IRC de 2003 pago em 2013 bem como 108.850 Euros de juros, e em 2021 o valor de 134.446 Euros relativos a juros indemnizatórios ((Nota 10).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

24. OUTROS GASTOS

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a rubrica “Outros gastos” apresenta a seguinte composição:

	2021	2020
Quotizações	473.253	500.375
Perdas em inventário	177.908	164.868
Impostos	129.896	211.770
Correções de exercícios anteriores	123.026	41.530
Perdas em investimentos não financeiros	5.645	33.251
Ofertas	100	1.421
Dívidas incobráveis	7.219	692
Outros	181.477	18.853
	<u>1.098.524</u>	<u>972.761</u>

25. JUROS E OUTROS RENDIMENTOS SIMILARES

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 a rubrica “Juros e outros rendimentos similares” apresenta a seguinte composição:

	2021	2020
Juros obtidos	42.752	58.473
Atualização da dívida de Creben	49.915	19.910
Outros	3.559	9.546
	<u>96.226</u>	<u>87.930</u>

Na rubrica “Atualização da dívida de creben” encontra-se registado o decréscimo do justo valor da dívida de Creben (Nota 3 i)).

26. GASTOS DE FINANCIAMENTO

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica “Gastos de Financiamento” apresenta a seguinte composição:

	2021	2020
Serviços bancários	100.876	148.129
Juros suportados	31.887	23.924
Outros	1.347	1.535
	<u>134.110</u>	<u>173.588</u>

A diminuição das despesas registadas na rubrica de “Serviços bancários” decorre essencialmente da diminuição dos custo com as operações bancárias e das garantias bancárias prestadas.

Na rubrica “Juros suportados” encontram-se consideradas as despesas dos contratos ativos de locação financeira de leasing (Nota 16).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

27. GARANTIAS PRESTADAS

Em 31 de Dezembro de 2021, o MAIS Sindicato tinha assumido responsabilidades por garantias prestadas, as quais decorrem da atividade do SAMS (Nota 11) e da UPS, como a seguir se detalha:

Entidade	Entidade Beneficiária	Descrição	Montante
Banco Santander Totta	DGCI	Processo de IMI	91.271
Banco Santander Totta	Tribunal do Trabalho	Processo de Tribunal do Trabalho	2.000
Banco Santander Totta	Tribunal do Trabalho	Processo de Tribunal do Trabalho	35.619
Banco Santander Totta	Tribunal do Trabalho	Processo de Tribunal do Trabalho	16.327
			<u>145.217</u>

28. PRINCIPAIS PROTOCOLOS E CONTRATOS

a) Contrato de Prestação de Serviços com a Advancecare

Em 30 de dezembro de 2009, foi celebrado Contrato de Prestação de Serviços entre o SAMS e a Advancecare – Gestão de serviços de Saúde, SA (Advancecare), com início de vigência em 29 de janeiro de 2010 e término a 31 de dezembro de 2012. O efetivo início de funcionamento ocorreu em 01.03.2010, conforme amplamente divulgado. Em 31 de dezembro de 2012 foi celebrado novo Contrato de Prestação de Serviços, com início de vigência em 1 de janeiro de 2013 e termino em 31 de dezembro de 2015. O contrato assinado em 31.12.2015 foi celebrado para o período de 01.01.2016 a 31.12.2018, renovável automaticamente por períodos de um ano, sendo que em 13.07.2016 foi assinado aditamento onde foram previstos novos serviços e foi acordado entre as partes que o período de duração do contrato passaria a ser de 4 anos (de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2019, data em que se renovou automaticamente pelo período de 1 ano).

No âmbito do referido Contrato, a Advancecare compromete-se a gerir por conta e em nome do SAMS as despesas de saúde emergentes do Plano de Benefícios e a Rede de Prestadores Convencionados da Advancecare.

Por conseguinte, os beneficiários do SAMS e seu agregado familiar, passam a ter a possibilidade de acesso à Rede de Prestadores Convencionados da Advancecare cuja cobertura em termos geográficos assume uma dimensão nacional (incluindo Ilhas) e a usufruir de um diferenciado Plano de Benefícios.

Em 18 de fevereiro de 2020 foi celebrado um segundo aditamento, incluindo-se no contrato de prestação de serviços a gestão pela Advancecare das despesas em regime livre (comparticipações externas) e prolongando-se o contrato até 31 de dezembro de 2020 (data a partir da qual se renovará anualmente).

Como contrapartida dos serviços prestados, o SAMS liquidam à Advancecare uma comissão (ou fee) de gestão mensal determinada em função de um número previsível de utilizações a que acresce uma parte variável que poderá ser objeto de acerto anual.

O Contrato de Prestação de Serviços, define o valor anual per capita do fee de gestão, tendo como indexantes de carga o número de atos e o de utilizadores e efeitos retroativos.

Durante o exercício de 2021, os principais movimentos ocorridos no âmbito deste Contrato foram os seguintes:

- O registo em comparticipações do valor 13.508.201 Euros correspondente aos serviços prestados pela Rede de Prestadores Convencionados (Nota 20), no ano de 2021, e no qual está considerado o acréscimo de custos de 2.079.583 Euros pelos serviços ainda não faturados (Nota 17).
- O pagamento de 13.435.011 Euros à Advancecare pelos serviços prestados pela Rede de Prestadores Convencionados.
- A liquidação do valor de 1.200.243 Euros (incluindo IVA à taxa legal) de fee de gestão (Nota 21).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Durante o exercício de 2020, os principais movimentos ocorridos no âmbito deste Contrato foram os seguintes:

- O registo em participações do valor 11.862.787 Euros correspondente aos serviços prestados pela Rede de Prestadores Convencionados (Nota 20), no ano de 2020, e no qual está considerado o acréscimo de custos de 1.957.449 Euros pelos serviços ainda não faturados (Nota 17).
- O pagamento de 11.652.533 Euros à AdvanceCare pelos serviços prestados pela Rede de Prestadores Convencionados.
- A liquidação do valor de 1.000.479 Euros (incluindo IVA à taxa legal) de fee de gestão (Nota 21).

b) Acordos com a Associação Nacional das Farmácias e Associação de Farmácias de Portugal

Em 2004 foram celebrados acordos entre o SAMS e a Associação Nacional das Farmácias (ANF) e a Associação de Farmácias de Portugal (AFP), com o objetivo de assegurar o fornecimento de especialidades farmacêuticas aos beneficiários do SAMS por parte das farmácias associadas na ANF e na AFP, em condições semelhantes ao sistema de participação em vigor para o SNS.

Todos os meses a ANF e a AFP faturam o SAMS, relativamente às transações efetuadas nas farmácias no mês anterior, e enviam um detalhe com todas as faturas recebidas das farmácias.

Desde 1 de janeiro de 2009, com o término do Protocolo com o Ministério da Saúde, que o fornecimento medicamentoso aos beneficiários do MAIS Sindicato / SAMS passou a ser faturado em regime de complementaridade face aos valores participados e em vigor no SNS.

c) Contrato de cessão de exploração da unidade de diálise

Em março de 2004, o Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas celebraram um contrato de cessão de exploração com a NMC – Centro Médico Nacional S.A, atualmente denominada de Nephrocare Portugal S.A., ao abrigo do qual o SAMS cede à referida empresa a exploração da unidade de diálise, a funcionar no seu hospital. O contrato foi celebrado pelo prazo de 5 (cinco anos), retroagindo os seus efeitos a 2 de janeiro de 2004.

Nos termos do contrato, incluem-se no âmbito da exploração cedida à NMC:

- A prestação, a beneficiários do SAMS e a outros utentes, de todos os tratamentos de hemodiálise de baixo fluxo e hemodia-filtração, na unidade de diálise do SAMS;
- A prestação, mediante solicitação expressa do SAMS, de tratamentos de hemodiálise a doentes internados na unidade hospitalar do SAMS que, ocasionalmente, deles possam necessitar;
- A gestão administrativa, do pessoal e financeira da referida unidade; e
- O financiamento, instalação, manutenção e substituição dos equipamentos na unidade de diálise, sempre que tal seja necessário ou tecnicamente recomendável.

Este contrato foi denunciado, com efeitos a 31 de dezembro de 2013, mas atendendo à necessidade de manutenção dos tratamentos de hemodiálise aos pacientes, no âmbito da convenção com a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, o SAMS e a Nephrocare acordaram na prorrogação do Contrato e consequentemente na data de produção de efeitos da denuncia por um período não inferior 30 de abril de 2014. Em 17 de agosto de 2016 foi celebrado o terceiro aditamento ao contrato de cessão de exploração.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Neste domínio, em 12 de julho de 2017 foi assinado o quarto aditamento ao mesmo contrato de cessão de exploração, com efeitos retroativos a 01 de janeiro de 2017, onde foram acordados ajustamentos aos preços compreensivos praticados pelo Ministério da Saúde.

Durante os exercícios de 2021 e 2020, os custos com este contrato foram registados na rubrica “Subcontratos – hemodiálise” e ascendem a 1.359.469 Euros e 1.347.476 Euros, respetivamente (Nota 21).

d) Protocolo com o Serviço Regional de Saúde da Região Autónoma da Madeira

Com efeitos à data de 1 de março de 2010, foi denunciado, por iniciativa do Governo Regional da Madeira, o Protocolo celebrado em 2006 entre o Serviço Regional de Saúde da Região Autónoma da Madeira (SRSM) e o SAMS.

Em novembro de 2014, o SRSM liquidou a verba de 619.669 Euros. Esta verba corresponde aos valores debitados pelo SAMS em 2007 e 2.º semestre de 2008, no total de 1.682.520 Euros, deduzida do valor a liquidar pelo SAMS. Em 31 de dezembro de 2014, a dívida do SRSM ascendia a 1.728.291 Euros a qual se mantém no exercício de 2021 (Nota 11).

e) Protocolo de Colaboração com o INETESE

Em 20 de julho de 2012 foi celebrado Protocolo de Colaboração entre o MAIS Sindicato e a Associação para o Ensino e Formação, denominado de INETESE, para promover e desenvolver ações conjuntas no apoio à qualificação e formação profissional.

No âmbito deste protocolo o MAIS Sindicato disponibilizou à INETESE o montante global de 100.000 Euros cujo reembolso seria realizado de outubro de 2012 até abril de 2015, segundo um plano de pagamentos mensais estabelecido no próprio protocolo.

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a dívida do INETESE ascendia a 70.514 Euros (Nota 11).

Por decisão do Tribunal de Comércio de Lisboa, datado de 15 de janeiro de 2016, foi decretado o Processo Especial de Revitalização da INETESE, tendo a dívida sido integralmente ajustada.

f) Contrato de Prestação de Serviços Técnicos de Radioterapia

No final do ano de 2013, foi celebrado Contrato de Prestação de Serviços entre o MAIS Sindicato e a Mercurius Health, S.A., com início de vigência em 16 de dezembro de 2013 e término a 31 de dezembro de 2017. Pela assinatura de adenda a 21 de dezembro de 2018, o referido contrato foi prorrogado pelo período de um ano a partir de 01 de janeiro de 2019.

No âmbito do referido contrato a Mercurius Health compromete-se a prestar serviços técnicos de radioterapia na Unidade de Radioterapia do SAMS, localizada no Centro Clínico, em contrapartida, o SAMS liquidarão os serviços prestados de acordo com os preços acordados.

A Unidade Radioterapia devidamente equipada e licenciada é propriedade do SAMS, sendo os recursos humanos especializados e necessários à realização dos tratamentos técnicos de radioterapia disponibilizados pela Mercurius Health.

Durante os exercícios de 2021 e 2020, as despesas deste contrato foram registadas na rubrica de “Subcontratos – oncologia” e ascendem a 561.480 Euros e 1.040.148 Euros, respetivamente (Nota 21).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

g) Contrato de Fornecimento de Serviços de Reprocessamento de Dispositivos Médicos

Em 30 de dezembro de 2013, foi celebrado Contrato para o Fornecimento de Serviços de Reprocessamento de Dispositivos Médicos com CENES – Centro de Reprocessamento de dispositivos Médicos, Lda, pelo período de 10 anos. Este contrato tem por objeto o fornecimento de serviços de esterilização completa e integral de dispositivos médicos em regime de aquisição de serviços.

Durante os exercícios de 2021 e 2020, as despesas deste contrato foram registadas na rubrica de “Subcontratos – esterilização” e ascendem a 837.911 Euros e 689.090 Euros, respetivamente (Nota 21).

h) Contrato de Prestação de Serviços da Patologia Clínica

Com vigência a partir de 1 de janeiro de 2014 e duração de 3 anos, foi assinado Contrato de Prestação de Serviços com o Centro de Medicina Laboratorial Germano de Sousa, S.A. para a realização de análises de patologia clínica. Em 31 de dezembro de 2018, na sequência de procedimento concursal foi assinado novo contrato com o Centro de Medicina Laboratorial Germano de Sousa, S.A. que vigorou entre 01 de Janeiro de 2019 e 31 de dezembro de 2021.

Durante os exercícios de 2021 e 2020, as despesas deste contrato foram registadas na rubrica de “Subcontratos – análises laboratoriais” e ascendem a 2.303.788 Euros e 1.914.777 Euros, respetivamente (Nota 21).

i) Convenção com a Direção-Geral de Proteção Social aos Trabalhadores em Funções Públicas (ADSE)

Em agosto de 2014, foi assinada Convenção, pelo período de um ano, renovável por igual período, entre o MAIS Sindicato e a ADSE com o objetivo de serem prestados pelo SAMS serviços de saúde aos beneficiários da ADSE.

Decorrente desta Convenção foi estabelecido o seguinte:

- Os serviços de saúde, nas nomenclaturas e tabelas de preços autorizadas, abrangidos pela presente Convenção, quer em regime de ambulatório, quer de internamento, são prestados nas instalações do Hospital do SAMS.

- A faturação emitida pelo SAMS tem periodicidade mensal e será liquidada pela ADSE, após conferência, no prazo de 120 dias a contar da data de entrada na ADSE.

No exercício de 2021, salienta-se as seguintes ocorrências:

- A faturação emitida pelo SAMS ascendeu a 3.576.394 Euros;
- A ADSE liquidou o valor total correspondente a 3.334.669 Euros;
- O valor em dívida em 31.12.2021 ascende a 4.557.292 Euros.

No exercício de 2020, salienta-se as seguintes ocorrências:

- A faturação emitida pelo SAMS ascendeu a 4.461.111 Euros;
- A ADSE liquidou o valor total correspondente a 4.212.393 Euros;
- O valor em dívida em 31.12.2020 ascende a 4.315.552 Euros.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

j) Protocolo de Manutenção de Beneficiários do SAMS

Desde finais de 2014 com vigência a partir de 2015, foram celebrados Protocolos entre o MAIS Sindicato e várias Instituições Bancárias nos quais são definidas regras de manutenção vitalícia ou a termo como beneficiários do SAMS trabalhadores elegíveis que acordem a rescisão por mútuo acordo do contrato de trabalho.

Neste âmbito, foi constituída provisão denominada de “Manutenção de benefícios SAMS” correspondente ao valor recebido pelo SAMS para a cobertura dos benefícios futuros de saúde dos trabalhadores e do seu agregado familiar, de acordo com as regras definidas nos normativos regulamentares do SAMS.

Durante o exercício de 2021 e 2020, os valores provisionados por instituição bancária os seguintes (Nota 13):

	31.12.2019	Reversões	Dotação	31.12.2020	Reversões	Dotação	31.12.2021
BCP	2.809.353		893.239	3.702.592		35.268	3.737.860
Novo Banco	1.747.939		316.893	2.064.832		38.162	2.102.994
Oitante	2.466.617	(9.258)		2.457.359	(3.165)		2.454.194
BNP Paribas	53.187			53.187			53.187
Banco Brasil	6.478			6.478	(4.319)		2.159
Montepio	-			-		359.427	359.427
Porvalorem	-			-		332.908	332.908
Santander	-			-		3.308.685	3.308.685
	<u>7.083.574</u>	<u>(9.258)</u>	<u>1.210.132</u>	<u>8.284.448</u>	<u>(7.483)</u>	<u>4.074.450</u>	<u>12.351.415</u>

29. EVENTOS SUBSEQUENTES

Os recentes acontecimentos geopolíticos na Ucrânia, as ações militares tomadas pela Rússia e a resposta de vários países Europeus e dos Estados Unidos, sob a forma de sanções económicas, poderão afetar os mercados globais, as cadeias logísticas e a evolução económica no geral. Trata-se de um evento subsequente não ajustável e, embora o Sindicato não tenha exposição direta a entidades russas, o conflito poderá também ter impactos indiretos para a entidade que, à presente data, não são possíveis de estimar com razoável grau de confiança.

Apesar disso a Direção do MAIS Sindicato entende que o pressuposto da continuidade se mantém apropriado.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

30. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram aprovadas pela Direção do MAIS Sindicato em 13 de maio de 2022.

Lisboa, 13 de maio de 2022

A DIREÇÃO

António José Real da Fonseca – Presidente
João Nunes de Carvalho – Vice-Presidente
Cristina Alexandra Pereira Trony - Tesoureiro
João Gonçalo Barros Ferreira – Secretário
Humberto Miguel Lopes da Cruz Cabral
Cristina Maria Damião Jesus
António Manuel Tavares Ramos
Pedro Miguel Correia Pereira Soares
Carlos Daniel da Paz Castanheira Bispo
Tânia Maltez Ribeiro
Daniel José Matos

A Contabilista Certificada (N.º 57518)

Ana Maria Fragueiro Navarro



Proposta de Aplicação de Fundos

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE FUNDOS DO EXERCÍCIO DE 2021

De harmonia com os Estatutos do MAIS Sindicato e o Regulamento do SAMS, a Direção do propõe que o *saldo* do exercício de 2021, no montante *negativo de 873.338,99 Euros*, seja aplicado da seguinte forma:

- Reserva do Regime Geral	796.630,24 Euros
- Fundo Sindical (10%)	0,00 Euros
- Fundo de Greve e de Solidariedade (30%)	0,00 Euros
- Resultados Transitados (Atividade Sindical)	(1.669.969,23) Euros

Lisboa, 13 de maio de 2022

A DIREÇÃO

António José Real da Fonseca – Presidente
João Nunes de Carvalho – Vice-Presidente
Cristina Alexandra Pereira Trony - Tesoureiro
João Gonçalo Barros Ferreira – Secretário
Humberto Miguel Lopes da Cruz Cabral
Cristina Maria Damião Jesus
António Manuel Tavares Ramos
Pedro Miguel Correia Pereira Soares
Carlos Daniel da Paz Castanheira Bispo
Tânia Maltez Ribeiro
Daniel José Matos